

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMILA SCHWINDEN LEHMKUHL

**O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL
DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC)**

FLORIANÓPOLIS
2017

CAMILA SCHWINDEN LEHMKUHL

**O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL
DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Linha de Pesquisa Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eva Cristina
Leite da Silva

FLORIANÓPOLIS
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lehmkuhl, Camila Schwinden

O acesso à informação no Sistema Nacional de Informações
de Registro Civil (Sirc) / Camila Schwinden Lehmkuhl ;
orientadora, Eva Cristina Leite da Silva - Florianópolis,
SC, 2017.
121 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências

1. Ciência da Informação. 2. Ciência da Informação. 3.
Registro civil. 4. Sistema Nacional de Informações de
Registro Civil - Sirc. 5. Acesso à informação. I. Silva, Eva
Cristina Leite da. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
III. Título.

CAMILA SCHWINDEN LEHMKUHL

**O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL
DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2017.

Prof.^a Dr.^a Rosangela Schwatz
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Eva Cristina
Leite da Silva
Orientadora
Universidade Federal de
Santa Catarina

Prof. Dr. Marcio Matias
Universidade Federal de
Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Marisa
Bräscher Basílio Medeiros
Universidade Federal de
Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Gisela Eggert
Steindel
Universidade do Estado de
Santa Catarina

RESUMO

Informações básicas da vida em sociedade de qualquer pessoa somente são consideradas verídicas se estiverem registradas nos Offícios (Cartórios) de Registro Civil, como nome, sobrenome, filiação. É por meio do registro de nascimento que o indivíduo se torna cidadão e detentor de direitos na sociedade civil. A partir do ano de 1888, os registros civis no Brasil passam a ser feitos pelos cartórios e se tornam públicos. Em 2014, é criado o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc com a finalidade de captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos a registros públicos. Para a presente pesquisa, foram adotadas como metodologia pesquisas bibliográficas e documentais, assim como foram aplicados questionários aos responsáveis pelo desenvolvimento do Sirc. Como objetivo geral da pesquisa, analisou-se o Sirc quanto às formas de acesso à informação propiciadas à sociedade. Já os objetivos específicos estiveram pautados em caracterizar o papel do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em prol do acesso à informação dos registros civis; identificar no Sirc os meios de acesso à informação de registro civil público proporcionados aos cidadãos, aos cartórios e ao governo brasileiro; e sugerir diferentes alternativas para preservação/acondicionamento dos arquivos de registro civil, evitando a deterioração do suporte físico e buscando o acompanhamento do avanço tecnológico. Levando em conta os objetivos apresentados, como considerações finais foram levantadas questões relativas ao maior acesso aos registros civis proporcionados por esse sistema, além de alternativas encontradas como a adoção de um RDC-Arq para melhorias da recuperação e da preservação desses registros fundamentais para a garantia de cidadania na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Registro civil. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc. Acesso à informação.

ABSTRACT

Basic information on the life in society of any person is only considered true if they are registered in the Offices of Civil Registry, such as name, surname, filiation. It is through the birth register that the individual becomes a citizen and holder of rights in civil society. From the year 1888, the civil registries in Brazil happen to be made by the notaries and they become public. In 2014, the National Civil Registry Information System - Sirc is created with the purpose of capturing, processing, archiving and making available data related to public records. For the present research, bibliographical and documentary research was adopted as methodology, as well as questionnaires were applied to those responsible for the development of the Sirc. As a general objective of the research, the Sirc was analyzed regarding the forms of access to information provided to society. The specific objectives were based on characterizing the role of the National System of Civil Registry Information in favor of access to the information of the civil registries; To identify in the Sirc the means of access to the information of public civil registry provided to the citizens, notaries and the Brazilian government; And suggest different alternatives for preservation / packaging of civil registry files, avoiding the deterioration of the physical support and seeking to follow the technological advance. As final considerations, questions were raised regarding the greater access to civil registries provided by this system, as well as alternatives such as the adoption of a RDC-Arq to improve the recovery and preservation of these fundamental records for the guarantee Of citizenship in Brazilian society.

Keywords: Information Science. Civil registry. National System of Civil Registration Information (Sirc). Access to information.

RESUMEN

Información básica de la sociedad de cualquier persona, sólo se consideran veraces si están registrados en el Registro Civil (Notario) Crafts, tales como nombre, apellido, afiliación. Es a través de la inscripción de nacimientos que el individuo se convierte en ciudadano y titular directo de la sociedad civil. Desde el año 1888, los registros civiles en Brasil están siendo hechos por los notarios y se hacen públicos. En 2014, el Sistema Nacional de Información Pública se crea el Registro - Sirc con el fin de capturar, procesar, archivar y hacer que los datos disponibles de los registros públicos. Para esta investigación, se adoptó como metodología bibliográfica e investigación documental, así como se les dio cuestionarios a los desarrolladores de Sirc. Como objetivo general de la investigación, analizó el Sirc sobre las formas de acceso a la información ofrecida a la sociedad. Ya los objetivos específicos fueron guiados para caracterizar el papel del Sistema Nacional de Información del Registro Civil para el beneficio de acceder a la información de los registros civiles; Sirc identificar los medios de acceso a la información de registro civil pública presta a los ciudadanos, notarios y el gobierno de Brasil; y sugerir diferentes formas de conservar las / los envases de los archivos de registro civil, evitando el deterioro del soporte físico y que buscan el seguimiento de los avances tecnológicos. Teniendo en cuenta los objetivos que se presentan como se plantearon consideraciones finales preguntas en relación con el aumento del acceso a los registros civiles que ofrece este sistema, y las alternativas que se encuentran como la adopción de un RDC-Arq para mejoras en la recuperación y conservación de estos registros básicos para garantizar la ciudadanía en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Ciencias de la Información. Registro Civil. Sistema Nacional de Información de Registro Civil – Sirc. El acceso a la información.

LISTA DE ABREVIATURAS

Anoreg	Associação dos Notários e Registradores do Brasil
Arpen	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CRC	Central de Informações do Registro Civil
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Dibrate	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
E-LIS	Eprints in Library and Information Science
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
e-Ping	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITIJ	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça
LAI	Lei de Acesso à Informação
Lisa	Library and Information Science Abstracts
RIC	Registro de Identidade Civil
RDC-Arq	Repositório Arquivístico Digital Confiável
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
Sigad	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos
Sirc	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
Siric	Sistema Integrado do Registro e Identificação Civil
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
2 ARQUIVOLOGIA: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS	19
2.1 A INFORMAÇÃO E SUA CIÊNCIA.....	24
2.1.1 Uma ciência social: a economia política da informação	27
2.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	28
2.3 GOVERNO ELETRÔNICO	32
2.4 ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA.....	37
3 REGISTRO CIVIL PÚBLICO	43
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	44
3.2 ARQUIVOS DE REGISTRO CIVIL.....	47
3.2.1 Arquivos e memória	51
3.2.2 Memória individual e coletiva.....	53
3.3 O ACESSO À INFORMAÇÃO DE REGISTRO CIVIL.....	55
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
5 SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL: CARACTERÍSTICAS E ANÁLISE	63
5.1 BRASIL – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL.....	63
5.1.2 Meios de acesso à informação de registro civil público a partir da Central de Informações de Registro Civil	67
5.2 PORTUGAL – SISTEMA INTEGRADO DO REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO CIVIL	71
5.2.1 Sistema Civil online de Portugal.....	74
6 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	77
6.1 OBSERVAÇÕES QUANTO AO PAPEL DO SIRC EM PROL DO ACESSO À INFORMAÇÃO.....	77

6.2 PRESERVAÇÃO/ACONDICIONAMENTO DOS ARQUIVOS DE REGISTRO CIVIL	80
7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ACESSO À INFORMAÇÃO NO SIRC.....	87
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES	113
APÊNDICE A – Formulário aos responsáveis pelo desenvolvimento do Sirc (DATAPREV; INSS; COMISSÃO GESTORA)	115
APÊNDICE B – O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC). ..	117
APÊNDICE C – O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC). ..	119

1 INTRODUÇÃO

Os registros civis públicos são aqueles que dizem respeito a informações sobre a vida civil dos cidadãos desde seu nascimento, casamento(s), até seu falecimento. No Brasil eles existem há mais de 100 anos e proveem da busca do homem por sua identidade, necessidade de se autoidentificar em meio à população e ao contexto ao qual pertence. Ao longo dos séculos, o registro civil torna uma exigência social: quem são os cidadãos do país, seu nome, filiação, estado civil, emergindo os registros civis responsáveis pela criação de considerável massa documental e informacional em todo o território brasileiro.

A Arquivologia, ciência preocupada em garantir a melhor forma de acesso à informação sobre os documentos/arquivos, vem sendo reestruturada para possibilitar o acesso, e não restringi-lo, como ocorreu por muito tempo com arquivos fechados ao público e arquivistas sendo guardiões desses “tesouros”. Uma das causas dessa nova vertente arquivística se deu com o advento do acesso à informação assistido em todo o mundo nos últimos anos.

O acesso à informação aos registros civis, objeto desta pesquisa, é público e disponível a todos os cidadãos. Além disso, os usos das informações geradas a partir do registro civil podem servir para diferentes fins, tanto para o cidadão e seus descendentes quanto para o governo em pesquisas em distintas áreas do conhecimento, como na elaboração de censos relativos à população, o que demonstra a relevância para um país em possuir um sistema que integre esse tipo de informação, acessível a todos.

Para atender às exigências providas de manifestações para a transparência e o acesso à informação pública, por todo o mundo, governos criam sistemas de informações que desempenham papel relevante na economia da informação/conhecimento, agregando valor ao servirem como pontos de concentração da informação produzida, com vistas à sua disponibilização.

Diante dessa perspectiva, em 2014 foi criado pelo governo brasileiro o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc, um sistema integrado que busca reunir todas as informações relativas ao registro civil no Brasil como apoio e aperfeiçoamento do planejamento e da gestão de políticas públicas que precisem conhecer e utilizar os dados relativos a registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais – Decreto n. 8.270, de 26 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a). Esse sistema é analisado nesta pesquisa, que tem como problematização as

contribuições do Sirc como meio de acesso à informação de registro civil, sendo usados como parâmetros sistemas e políticas adotados e institucionalizados no Brasil e em outros países como em Portugal.

Depois do levantamento de dados realizado e analisado, são apresentadas algumas considerações relacionadas a diferentes alternativas levantadas diante do exposto nesta introdução, a saber: os registros civis, o Sirc e o acesso à informação utilizando como base a teoria da Arquivologia na busca por melhores formas de recuperação e acondicionamento do acervo arquivístico das instituições de registro civil, o que consequentemente resulta no melhor acesso à informação.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

De que forma o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil contribui com o acesso à informação de registro civil público no Brasil?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos da presente pesquisa foram formulados de acordo com as necessidades de acesso à informação de registro civil, para o qual se utiliza o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil como fonte informacional.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil quanto às formas de acesso à informação propiciadas à sociedade.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o papel do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em prol do acesso à informação dos registros civis.
- Identificar no Sirc os meios de acesso à informação de registro civil público proporcionados aos cidadãos, aos cartórios e ao governo brasileiro.
- Sugerir diferentes alternativas para preservação/acondicionamento dos arquivos de registro civil,

evitando a deterioração do suporte físico e buscando acompanhar o avanço tecnológico.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os registros civis públicos são para os cidadãos meios probatórios e indiciários a respeito do estado civil, da situação jurídica perante o Estado, da nacionalidade, do local de nascimento, entre outros. Para o próprio governo, esses registros são fontes informacionais sobre a sua população, sendo possível a partir deles, por exemplo, a elaboração de censos, levantamentos demográficos, a mensuração de taxas de natalidade e mortalidade.

Dadas as especificidades desses registros e as possibilidades de leituras e releituras permitidas por meio dos arquivos de registro civil pelos cidadãos e pelo governo, é essencial garantir o acesso a essas informações públicas.

Uma das formas comumente utilizadas como ambiente de acesso às informações se dá por meio dos sistemas de informação informatizados ou não. Os sistemas de informação são sistemas que se conectam e se relacionam por meio de entidades e que reúnem informações, fornecendo o acesso a quem delas precisar.

Com essa perspectiva, sistemas de informação informatizados passaram a ser utilizados por entidades públicas. O Sirc é um desses, criado pelo governo brasileiro para a concentração de informações sobre o registro civil.

Pesquisas ainda são raras sobre o assunto, busca-se aqui explorá-lo com vistas a observações sobre o Sirc, seu gerenciamento e proposições para o melhor acesso à informação sob a perspectiva arquivística, possibilitando à sociedade o acesso aos referidos documentos fundamentais à garantia de direitos civis na sociedade brasileira.

Quanto ao interesse pessoal pelo tema, esse decorre da época em que a pesquisadora ainda era criança, quando convivia com livros antigos de registro civil e histórias providas desses registros, o que sempre chamara muito a sua atenção. Com a graduação em Arquivologia, isso foi intensificado. Observar o estado em que se encontram muitos desses livros corrobora com reflexões acerca de uma documentação que faz parte da história do povo brasileiro e que pode ser perdida com a deterioração de seu suporte, mas também pode ser preservada com medidas de preservação e conservação do suporte.

O Sirc nasce, então, como uma luz, ou uma saída, para um possível lugar de informação e memória em que os registros serão preservados? Espera-se que sim e que futuramente se crie um repositório digital arquivístico a partir do Sirc, detentor de toda a massa documental histórica de registro civil do Brasil, que tenha valor probatório e facilite o acesso à informação para o cidadão e o governo brasileiro.

Para fomentar tais discussões e percorrer os objetivos elencados, esta dissertação está organizada em sete seções, a contar da introdução, a qual discorre sobre o problema de pesquisa e seus objetivos. Na segunda seção é realizado um diálogo entre arquivologia, informação, ciência e práticas de informação. Na terceira seção o leitor é apresentado aos registros civis. Como toda pesquisa, na quarta seção é descrita a metodologia de trabalho. Nas seções cinco e seis são apresentados os resultados de acordo com os objetivos propostos. Por fim, na seção sete o leitor encontra as constatações do estudo.

2 ARQUIVOLOGIA: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

A Arquivologia como área do saber que preza pela preservação e pelo acesso à informação tem como área correlacionada a Ciência da Informação – CI. A Ciência da Informação, por sua vez, tem como um dos métodos para a organização da informação os sistemas informacionais. Esses são criados pelas mais diversas organizações e com os mais variados tipos de informação. Neste momento é explanado um dos sistemas utilizados pelo governo federal brasileiro, o projeto Governo Eletrônico (Governança Digital), que, com o seu advento, faz surgir diferentes sistemas com a intenção de gerir a informação produzida pelo país. Para esta pesquisa, o foco foi dado ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, responsável por captar, processar, arquivar e dar acesso a dados relativos ao registro civil no Brasil.

Também no âmbito da Arquivologia, durante muito tempo, a escrita era a única forma utilizada pelo homem para registro e comunicação dos atos praticados por sua população. Desde o 4º milênio a.C., com a formação de cidades no Vale do Nilo e na Mesopotâmia, a escrita já cumpria um papel primordial. Palácios e templos passavam a servir como locais para armazenamento de textos e registros a serviço das classes dirigentes (SILVA et al., 2009). Criavam-se espaços voltados para a guarda e a preservação desses registros em que se utilizavam procedimentos e técnicas de caráter ainda prático.

Com o passar do tempo, alguns autores como Mabbillon, com a sua obra de 1681 *De re diplomatica*, dão origem aos primeiros elementos de uma “doutrina arquivística” (ARAÚJO, 2014). A partir da Revolução Francesa, com a transição do antigo regime para a modernidade, diversas mudanças aconteceram no cotidiano da população (economia, política). A institucionalização da ideia de Estado fez com que o governo fosse o guardião de tudo o que ora tivesse sido ou fosse produzido em seu território, surgindo o primeiro arquivo nacional do mundo, o Archives Nationales da França (ARAÚJO, 2014).

Com as ideias iluministas em voga, passa a ser dada maior importância a obras humanas intelectuais. Os arquivos passam a ser locais nos quais existiam materiais que interessavam a esse ramo do conhecimento, o que acarreta na valorização dos acervos custodiados e consequentemente no desprendimento da Arquivologia de outras áreas em que era apenas uma disciplina auxiliar (ARAÚJO, 2014). Foi nesse momento que surgiu formalmente a disciplina Arquivologia, como

construção conceitual e sistemática do saber obtido a partir de práticas milenares de gestão de arquivos (SILVA et al., 2009).

Ao final do século XIX, ainda sob a égide do iluminismo, o ideal da universalidade ligado ao acesso para todos os cidadãos, a ideia de retorno para a sociedade dos investimentos realizados em arquivos, bibliotecas e museus traz à tona a perspectiva funcionalista (inspirada no organismo vivo, em que cada órgão tem sua função para a manutenção do todo) (ARAÚJO, 2014). Para a Arquivologia, essa perspectiva auxiliou na redefinição de suas relações com a Administração e a História, recriando pontos de vista próprios quanto aos aspectos relacionados aos arquivos, um deles o de que o arquivista não deve ser um historiador e os documentos de arquivo se formam por possuírem duas características essenciais, a imparcialidade e a autenticidade, que serão apresentadas adiante. Houve uma libertação da área em prol de conhecimento próprio sobre arquivos (JENKINSON, 1922 apud ARAÚJO, 2014). Esse conhecimento próprio vem gerando diferentes estudos e aprofundamentos ao longo dos anos pelos arquivistas. A partir do século XX, a Arquivística apresenta novos conceitos relacionados à forma de gerir documentos de arquivo, questões essenciais para a construção de um corpo teórico. Um desses conceitos é o de gestão de documentos.

A gestão documental no Brasil é amparada legalmente como “O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991). Diferentes autores discutem as funções arquivísticas da gestão documental. Para esta pesquisa, é utilizada como base a proposta de Rousseau e Couture (1998), Couture et al. (2005) e Santos (2007), os quais consideram como funções da gestão documental a criação/produção, a classificação, a avaliação, a aquisição, a preservação/conservação, a descrição e a difusão/acesso. Essas funções tratam do ciclo pelo qual o documento de arquivo passa, desde sua criação até sua destinação final, as quais são detalhadas a seguir.

a) Criação/produção: é o momento em que o documento passa a existir para a instituição. Para Couture et al. (2005), essa função diz respeito à criação ou ao recebimento de informações dentro da instituição, visa evitar a criação de documentos com informações desnecessárias e atentar para a sua veracidade e autenticidade. Durante (1994, p. 51) considera a autenticidade como uma das características dos registros documentais, sendo as outras a imparcialidade, a unicidade, o inter-relacionamento e a naturalidade. Sobre a autenticidade, “[...] os

documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação”. A imparcialidade é o que assegura que os documentos “[...] não são escritos ‘na intenção ou para a informação da posteridade’, nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar do público” (Ibid., p. 50). A unicidade “[...] provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental” (Ibid., p. 51). O inter-relacionamento está ligado “[...] ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades” (Ibid., p. 51). E a naturalidade diz respeito à “[...] maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta” (Ibid., p. 51). Essas características possibilitam a identificação de documentos de arquivo como um acontecimento “natural” do fazer administrativo, com valor de prova e possível partícula para a compreensão do passado. Com relação à função de criação, Santos (2007) considera ainda que essa é formada por procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível à produção dos documentos de arquivo, abrangendo definição de normas, conteúdo, modelos, formato e trâmite. Nesse momento o arquivista será conselheiro, agente educador para o produtor do documento, por meio de diálogos, manuais, planos, dentre outros, o que demandará do arquivista conhecimento profundo do funcionamento da organização, dos objetivos e da missão, das tecnologias disponíveis e dos tipos de documentos utilizados para o exercício do negócio da instituição (SANTOS, 2007).

b) Classificação: diz respeito à forma como os documentos serão reagrupados de acordo com as características em comum (SANTOS, 2007). Para Sousa (2003, p. 241), “[...] é a função/intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação”. Dessa forma, é na classificação que essas relações orgânicas são mais aprofundadas, isso porque a classificação permite que os documentos naturalmente criados continuem reagrupados de acordo com as suas conexões. Quando se levanta a questão de distinção de outras áreas, está-se tratando do diferencial da Arquivística, responsável pelo tratamento da informação orgânica, enquanto outras áreas como Museologia e Biblioteconomia “selecionam” informações (peças/coleções) de seu acervo para disponibilização e acesso ao

usuário. “Acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, porque não é possível ligá-los ao conteúdo informacional existente” (LOPES, 1996, p. 98). De acordo com Rousseau e Couture (1998), a classificação é a primeira fase de tratamento que conduzirá ao acesso do acervo documental.

c) Avaliação: é o processo no qual serão identificados os valores (primário ou secundário) dos documentos, bem como o seu prazo de guarda e destinação final (guarda permanente ou eliminação). Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a avaliação é o “Processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (BRASIL, 2005, p. 41). A avaliação de documentos permite a definição dos valores de vida dos documentos e consequentemente dos prazos para a eliminação do que for supérfluo. Como instrumento resultante da avaliação, tem-se a tabela de temporalidade, que permitirá o acompanhamento, a transferência, a eliminação e a recolha/guarda permanente, trazendo benefícios para a organização, dentre eles a redução de massa documental, a diminuição de recursos humanos e materiais e a preservação da documentação histórica. A tabela de temporalidade, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é o “Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos” (BRASIL, 2005, p. 159). A respeito dessa, adiante é retomada ao se tratar da tabela de temporalidade, aprovada pelo CNJ e adotada por cartórios em nível nacional.

d) Aquisição: para Couture et al. (2005, p. 17), é “[...] toda medida relacionada ao aumento no número de fundos documentais de uma instituição”. Esse aumento pode se dar por meio de doação, compra, empréstimo, troca e/ou reintegração. É ainda considerada aquisição a entrada no arquivo corrente por meio de protocolo, transferência e recolhimento da documentação, ou seja, a troca do documento entre as fases do ciclo vital, corrente, intermediária e permanente.

e) Preservação/Conservação: para Santos (2007), é o “[...] conjunto de procedimentos que visa a manutenção da integridade física e/ou lógica do documento, desacelerando o processo de degradação”. A preservação visa “[...] garantir que o documento tenha sua materialidade e funcionalidade resguardadas pelo maior tempo possível” (HOLLÓS, 2010, p. 26). Dessa forma, a preservação busca a conservação e uma completa a outra. É válido ressaltar que não se trata aqui apenas dos

documentos que tenham como suporte o papel. Com a produção em massa de documentos digitais, é necessário que haja também políticas de preservação para esse suporte, seja de migrações, emulações, adoção de formatos arquivisticamente aceitos, dentre outros.

f) Descrição: segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é o “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (BRASIL, 2005, p. 67). Para Bellotto (2006, p. 29), “[...] as autorias, a caracterização das tipologias de documento, a função implícita, os assuntos, as datas (tópica e cronológica) são fornecidas pela operação denominada, em arquivística, descrição de documentos”. A descrição de documentos é também um meio de representação da informação, “[...] compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). O exercício da descrição (representação da informação) leva à elaboração de instrumentos de pesquisa, os quais facilitarão a recuperação dos documentos de arquivo e o acesso a eles. Para Schellenberg (2006, p. 313), os instrumentos de busca têm dois propósitos básicos: “a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos e b) facilitar ao arquivista a pesquisa”. Dessa forma, é perceptível a indispensabilidade da descrição como meio de acesso ao documento de arquivo, tanto para o arquivista quanto para o pesquisador/usuário, considerado como qualquer pessoa que tenha interesse ou venha a ter em consultar documentos arquivísticos, independentemente de formação ou dos objetivos do consulente.

g) Difusão/acesso: está pautada na divulgação do acervo, bem como a acessibilidade aos documentos, visando aproximar o arquivo de seus usuários. Bellotto (2006, p. 228) considera que há duas vias de ação relacionadas à difusão dos arquivos: “[...] a que lança elementos de dentro do arquivo para fora” e a que “permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”. Essa função de difusão é essencial quando precisamos mostrar à comunidade o que é feito dentro de um arquivo, questões do processo de gestão documental e do próprio acervo documental, evidenciando o quão ricas podem ser as informações contidas no arquivo para cada um dos cidadãos. Para tanto, a difusão como processo formativo e educativo, bem como o acesso somente serão possíveis se o arquivo estiver organizado, tratado, disponível e preferencialmente contemplando todas as funções arquivísticas da gestão documental, apresentadas aqui.

Após a explanação de cada uma das funções da gestão documental, é discorrido o que promoveu seu surgimento no meio arquivístico.

No decorrer da história arquivística, diferentes correntes foram surgindo, não caberá aqui exemplificar todas, mas trazer a que propiciou o fenômeno da gestão integrada dos documentos arquivísticos no final dos anos 1980 pelos autores canadenses Couture, Ducharme e Rousseau, a Arquivística Integrada. Essa corrente proporcionou a união da norte-americana *records management*, a qual considera que os documentos correntes e intermediários devem ser isolados dos permanentes, da mesma maneira que os profissionais que lidam com eles (TOGNOLI, 2012). Dessa forma, a aproximação dessas correntes fez emergir a gestão documental como um processo completo de tratamento dos arquivos. A Arquivística Integrada passa a ter seus estudos voltados para o tratamento da informação orgânica, ou seja, aquela que “[...] é produzida internamente, sendo produto resultante da execução das funções e das atividades organizacionais” (LOUSADA; VALENTIM, 2008, p. 254). Portanto, a informação orgânica é aquela organizada e produzida “naturalmente” no dia a dia da instituição. Nesse contexto, a Arquivologia deixa de ser uma disciplina com a função única e exclusiva de guardiã de documentos e passa a ter maior preocupação com o fenômeno informação: “[...] elemento fundamental para o funcionamento e desenvolvimento de qualquer organização devendo ser gerida de forma eficaz” (TOGNOLI, 2012, p. 118). É nesse contexto que a informação começa a ter um papel mais ativo na disciplina, tratada no próximo ponto.

2.1 A INFORMAÇÃO E SUA CIÊNCIA

A informação, desde os tempos primórdios, tem se tornando cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, tanto que diferentes publicações das áreas de Ciências Sociais Aplicadas apontam que a sociedade contemporânea é classificada como “sociedade da informação” (CASTELLS, 2003; GUIMARÃES; JOHNSON, 2007). Entende-se que nessa sociedade há uma nova organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fundamentais, exigindo metodologias e estudos para o entendimento e a organização desse processo.

Por informação entende-se “[...] um conjunto de dados de forma compreensível registrada em papel ou algum outro meio, e capaz de comunicação” (HARROD’S LIBRARIANS GLOSSARY, 2009 apud SILVA et al., 2009, p. 25, tradução nossa).

Para Silva et al. (2009, p. 23, tradução nossa), “[...] subentende-se que a informação é, por um lado, algo que as pessoas necessitam – uma coisa útil – e, por outro lado, o resultado de uma ação sobre essa coisa útil”. Buckland (1991) considera a existência de três principais usos da palavra “informação”: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa. Na primeira opção a informação é tratada como parte do processo de comunicar, informar. Como conhecimento, assemelha-se ao uso no processo. Buckland pondera que a diferença pode estar na noção de informação como aquela que reduz a incerteza, gerando conhecimento, inteligência. O terceiro ponto é assinalado como o mais palpável dentre os três, inclui objetos, dados ou documentos cuja função seja informar. No escopo desta pesquisa nosso foco está na informação como coisa, salientando o documento como meio orgânico para o ato de informar.

A explosão informacional, ocorrida principalmente com a Segunda Guerra Mundial, gerou diferentes discussões acerca do tema informação, uma delas se torna basilar para o progresso econômico, ancorado no binômio ciência e tecnologia (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995), ciência especializada nos estudos e nos fluxos de informação, a Ciência da Informação. Para Castells (2001, p. 501), esses fluxos são: “As seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade”, ou seja, a troca de informação que ocorre entre os mais diversos atores, meios e ambientes sociais.

A necessidade de estudos dos fluxos da informação é intensificada a partir do momento em que cientistas de diferentes áreas percebem que a produção intelectual estava aumentando constantemente e, para recuperá-la, precisaria estar organizada e representada. Outra preocupação sentida foi com relação ao compartilhamento dessa produção a outros atores: para onde a informação estava sendo levada? Quais caminhos ela estava percorrendo até chegar ao usuário final? Dessa forma, Araújo (2014) considera que a CI surgiu da contribuição dos mais variados cientistas de diferentes áreas do conhecimento e por isso é considerada uma ciência interdisciplinar. Para Le Coadic (1996, p. 22), “Os problemas de que trata, cruzam as fronteiras históricas das disciplinas tradicionais, e o recurso a várias disciplinas parece ser

evidente. Essa colaboração chama-se interdisciplinaridade”. A informação, em sua essência, é interdisciplinar, está presente em todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, uma ciência que estuda a informação, seus processos e fluxos é naturalmente interdisciplinar. A interdisciplinaridade é definida por Japiassu e Marcondes (2006, p. 106) como

[...] um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa.

Araújo (2014, p. 119) trata da interdisciplinaridade da CI como o “[...] fazer dialogar, dentro dela, as contribuições das diferentes áreas de conhecimento”. Dessas duas definições podemos destacar as palavras “interação”, “comunicação” e “diálogo”, representando nitidamente essa relação entre as disciplinas. Essa é uma questão constantemente pesquisada na CI, uma ciência que nasceu de uma intercomunicação disciplinar quanto ao objeto de estudo e se adequou a diversos conceitos provindos de uma “mistura”, o que, de certa forma, segundo autores como Araújo (2014), tem prejudicado a criação de sua própria identidade, mas não caberá aqui adentrar essa discussão.

A Ciência da Informação como área do conhecimento estuda a produção, a organização e o uso da informação registrada, seus afazeres se materializam nas atividades profissionais da área da informação, especificamente na Arquivística, na Museologia e na Biblioteconomia (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011), contribuindo com as iniciativas que visam garantir o acesso à informação para quem dela necessitar.

Para Borko (1968, p. 3), a Ciência da Informação é uma

[...] disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e utilização. Relaciona-se com o corpo de conhecimentos relativo à produção, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Existem discussões acerca da data de criação da Ciência da Informação, como abordado, tendo sido construída a partir de diferentes fatos históricos e científicos ocorridos no decorrer dos anos. Para Araújo (2014), a Ciência da Informação surge da necessidade de ser uma coisa que não a Arquivologia, a Biblioteconomia ou a Museologia.

Considerado um dos pioneiros da Ciência da Informação, Vannevar Bush publica em 1945 o artigo “As we may think” (“Como nós pensamos”). Bush introduz a noção de associação de conceitos ou palavras para a organização da informação, pois esse seria o padrão que o cérebro humano utiliza para transformar informação em conhecimento. Os processos para armazenar e recuperar informação deveriam ser feitos por associação de conceitos “como nós pensamos” (BARRETO, 2008). Sua preocupação estava relacionada ao crescimento do número de documentos e à dificuldade resultante disso de recuperação da informação (ARAÚJO, 2014). Saracevic (1996, p. 42) concorda com Araújo quando destaca que o problema era a “[...] tarefa mássica de tornar mais acessível, um cervo crescente de documento”.

A Ciência da Informação no ano 1962 era considerada uma área do conhecimento entendida nesse primeiro momento como a “[...] ciência do armazenamento e recuperação da informação” (FONSECA, 2005, p. 19). Com o decorrer dos anos, a CI passa a ser uma ciência responsável pelos fenômenos que envolvem a criação, a estrutura, a recuperação e o acesso à informação.

Nesse sentido, a Ciência da Informação visa contribuir com iniciativas para garantir o acesso à informação para toda a sociedade (SILVA; LARA, 2015), acesso esse que é um dos focos da pesquisa.

2.1.1 Uma ciência social: a economia política da informação

A percepção, cada vez maior, da informação como recurso para o alcance da democracia e da igualdade social gerou algumas preocupações relacionadas à posse e à desigualdade de distribuição da informação em diferentes países. É identificada uma “[...] responsabilidade social da ciência da informação como agente de inclusão e de fornecimento de informação como insumo para apoiar ações racionais específicas” (ARAÚJO, 2014, p. 136). Araújo (2014) considera a existência de seis subáreas da Ciência de Informação: fluxos de informação científica; representação e recuperação da informação; estudos de usuários; gestão do conhecimento; estudos métricos da informação; e economia política da informação. Detenhamo-nos aqui à

última subárea. Para Capurro e Hjørland (2007, p. 151), “[...] a coisa mais importante em CI é considerar a informação como uma força constitutiva na sociedade”. Além de Araújo (2014), Capurro e Hjørland (2007), Wersig e Neveling (1975, p. 134) também abordam o cunho social apresentado pela CI: “[...] transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI”. Responsabilidade social, sentida principalmente ao reconhecer que o acesso à informação pode transformar sociedades, traz mais conhecimento aos cidadãos e permite o reconhecimento de seus deveres e direitos, podendo inclusive diminuir desigualdades sociais tão vistas em diversas partes do mundo.

Os problemas identificados no quesito economia política da informação “[...] têm sido estudados a partir do conceito de regime de informação, que busca integrar as dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informacionais” (ARAÚJO, 2014, p. 136). Nesses diálogos reenfatizam-se as três características que Saracevic (1996) destaca possuir a Ciência da Informação: é por natureza interdisciplinar, como já exposto; é uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação, como basicamente abordado neste item; e está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, como tratamos a seguir, partindo do pressuposto de que essas tecnologias podem auxiliar de diferentes formas o processo de gestão da informação. Nesse caso, consideramos os sistemas de informação apresentando o caso do governo eletrônico brasileiro, como forma de transparência da Administração Pública, e o acesso à informação, calcado na legislação brasileira vigente.

2.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de informação existem há milênios. Antes mesmo da popularização dos computadores, eram baseados em métodos de arquivamento para a recuperação da informação, surgindo como representações artificiais de fatos, acontecimentos e fluxos observados pelo homem no mundo real (ALMEIDA, 2010). Com as novas tecnologias, alteram-se os instrumentos utilizados pelo homem para construir as representações e executar as funções inerentes aos sistemas de informação (ALMEIDA, 2010). Segundo o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), sistema de informação é um

Conjunto organizado de políticas, procedimentos, pessoas, equipamentos e programas computacionais que produzem, processam, armazenam e proveem acesso à informação proveniente de fontes internas e externas para apoiar o desempenho das atividades de um órgão ou entidade. (BRASIL, 2011b, p. 10).

Ao pensar nesse conceito de sistema de informação como um “[...] conjunto já organizado”, é possível questionar sobre o que seria a organização dessa informação. Para Bräscher e Café (2008, p. 5), a organização da informação é

[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto deste processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Essa representação da informação, fruto da organização da informação, é o que irá possibilitar a efetivação de um sistema de informação, a recuperação ou o acesso à informação.

Com a evolução tecnológica observada principalmente a partir dos anos 1990, diversos fatores, sobretudo a necessidade permanente de inovações, têm levado o setor privado a desenvolver *softwares* e *hardwares* com o objetivo de elevar seus diferenciais perante o mercado. O setor público, sentindo a necessidade de acompanhar essa dinâmica e de estar inserido no contexto organizacional e de sistemas econômicos mundiais, tem sido influenciado a implantar esses sistemas integrados de informação (NHANCALE, 2012).

O processo de modernização dos sistemas de informação se torna fundamental para as estruturas sociais e o próprio governo. A administração eletrônica traz consigo a oportunidade de redesenhar governos e oferecer nova forma de gerir, que permite uma redução significativa de custo e tempo para os cidadãos e a sociedade, seja em suas declarações de imposto de renda, solicitações de documentos, recuperação de informações, dentre outros. Como é apontado (KIM; PAN; PAN, 2007, p. 343, tradução nossa), “Além disso, a disponibilidade de documentação *on-line* também poupa muitas horas de arquivamento e recuperação de documentos em papel”. Assim, os

registros são geralmente mais fáceis de serem recuperados, diminuindo o tempo gasto comparado a quando não havia um sistema de informação sendo executado.

A informação para o governo pode servir como um meio para a criação de políticas e planejamentos, dispondo de conhecimento necessário para a tomada de decisões coerentes e a política de distribuição de recursos. A natureza desse tipo de serviço público exige regulamento específico para existir e satisfazer a todos os seus usuários, sejam os órgãos governamentais ou o cidadão. Um princípio igualitário de serviço tornou-se a base para a regulamentação (SARACEVIC, 1974). No Brasil, a Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação (LAI) são algumas dessas regulamentações criadas em prol do acesso à informação pública.

A relevância de um sistema de informação para um país está pautada na utilização de um sistema de base de dados para a reunião de informações sobre determinado assunto (NHANCALE, 2012). Segundo Nhancale (2012, p. 18), “[...] uma base de dados é suportada por um sistema de gestão de base de dados, o qual pode suportar múltiplas bases de dados”. As bases de dados auxiliam o processo de organização da informação de forma relacionada e lógica, de maneira a permitir um fácil acesso e recuperação informacional, cumprindo as regras de integridade.

Depois de unificar os dados em uma base, por meio de um sistema de informação, a recuperação da informação se torna o principal elemento para o sucesso desse sistema. O processo de recuperação da informação consiste em identificar, no conjunto de informações de um sistema, aquelas que atendem à necessidade do usuário.

Um sistema de informação é considerado um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização (LAUDON; LAUDON, 2009).

Dentre os diversos tipos de sistemas de informação possíveis de serem criados, os repositórios digitais vêm ganhando campo em todo o mundo. Segundo o Conarq (BRASIL, 2015a, p. 9), repositório digital é “Um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais. Esse ambiente constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados”.

Com uma função baseada, na maioria dos casos, em armazenamentos institucionais e de obras bibliográficas, os sistemas de informação têm tomado, nos últimos tempos, outros rumos e em

diferentes áreas do conhecimento produtoras de massa informacional digital, uma dessas é a Arquivologia, com os repositórios arquivísticos digitais.

A produção crescente de documentos em formato digital tem criado novos desafios a seus produtores e organizações que prezam pela preservação e pelo acesso desse material. O Conarq, ao aspirar a essa preocupação, criou, por meio da Resolução n. 39/2014, com alterações na Resolução n. 43/2015, diretrizes para a implementação de Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq. Segundo essas diretrizes, um repositório arquivístico digital deve

Gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação; e proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos. (BRASIL, 2015a, p. 9).

Nesse contexto, ao repositório compete o compromisso com a preservação, o gerenciamento e o acesso contínuo em longo prazo a documentos arquivísticos digitais autênticos (BRASIL, 2015a).

Têm sido desenvolvidos pelo mundo protótipos relacionados a repositórios arquivísticos digitais, por exemplo: Archivematica (canadense), *software* livre desenvolvido pela empresa canadense Artefactual Systems, com a colaboração de algumas instituições como a Unesco; e Repositório de Objetos Digitais Autênticos – Roda, projeto português do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, com a colaboração da Universidade do Minho. Esses são repositórios arquivísticos digitais utilizados e que seguem os princípios de normas internacionais e do projeto InterPARES, bem como as diretrizes para a implementação de Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq do Conarq. O projeto InterPARES estabelece parcerias com diferentes países no mundo, incluindo o Brasil, mais especificamente o Arquivo Nacional e o Conarq. Esse projeto busca capacitar programas e organizações responsáveis por produzir e preservar em longo prazo a informação digital e desenvolver estratégias sustentáveis de preservação e acesso continuados (HOLLÓS, 2014).

Com o advento do governo eletrônico no Brasil, alguns órgãos governamentais, como o Arquivo Nacional, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e a Câmara dos Deputados, já fazem uso desses repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o armazenamento de seus arquivos digitais, o que tende a ser ampliado a outros órgãos, principalmente com o advento do governo eletrônico.

2.3 GOVERNO ELETRÔNICO

As necessidades de informação de organizações provêm do conhecimento de dados, documentos, registros, estudos e processos que contenham e criem informação. Para Estrada (2014), são necessárias a criação e a implantação de regras de ordem e organização para uma melhor governança da informação. No setor público a governança da informação eletrônica se dá em nível estratégico, permitindo maior eficiência e eficácia de processos de uso, arquivamento e eliminação de informação, o que facilita a gestão da Administração Pública, a capacidade de respostas a problemas sociais e a criação de políticas públicas em diferentes setores governamentais a partir de dados gerados no sistema (ESTRADA, 2014).

Como já apontado, o uso crescente das tecnologias da informação e da comunicação na sociedade proporcionou mudanças intensas na forma de produzir, usar e transferir a informação tanto em entes privados quanto em entes públicos. Para o setor público, surgiram diferentes formas de decidir, planejar, avaliar e garantir a transparência de suas ações com a maior participação e o maior número de serviços disponíveis aos cidadãos. A transparência permite ao Estado a criação de facilidades para o cidadão no acesso e no uso da informação pública para controle de ações do governo como a prestação de contas da gestão pública, uma das formas de evitar, assim, a corrupção. No Brasil, isso é percebido com a criação do Portal da Transparência, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União – CGU, lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. Permite que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.¹ Segundo o *site* do Portal da Transferência,² em outubro de 2016 houve 2.229.022 acessos ao portal. Quando comparado

¹ Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/sobre/>>.

² Disponível em: <http://transparencia.gov.br/sobre/Estatisticas_visitacao/outubro-2016.pdf>.

com o mesmo mês do ano de 2015, apresentam-se os dados de 1.374.348 de acessos, aproximadamente um milhão de acessos a mais em um ano, o que denota que o cidadão está mais preocupado em saber a respeito da destinação do dinheiro público.

Castells (2003) considera que, sem dúvida, informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia e a evolução tecnológica determinou, em sua maioria, a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização da economia.

Em meio a esse cenário exposto, há a construção de práticas chamadas de “governo eletrônico” que buscam proporcionar melhores condições de acesso à informação e a serviços prestados pelo governo (JARDIM, 2004). Os projetos desenvolvidos no âmbito do governo eletrônico objetivam contribuir com a melhoria de qualidade, serviços, segurança e acesso e trazer o cidadão para participar do processo de informação, comunicação, formulação e implantação das políticas públicas.

Segundo Bovaird (2005), governo eletrônico denota a habilitação eletrônica de todos os serviços providos pelo setor público. A governança eletrônica diz respeito à habilitação eletrônica de todas as outras atividades do governo, por exemplo: gestão da atividade democrática; e garantia da justiça e da transparência na tomada de decisão nas instituições públicas. Para Zweers e Planqué (2001), governo eletrônico é um conceito emergente e que objetiva fornecer ou disponibilizar informações, serviços e produtos, por meio eletrônico/digital, a partir ou através de órgãos públicos, a qualquer momento, local e cidadão, de modo a agregar valor a todos os envolvidos com a esfera pública. Para Laia (2009), é uma possibilidade de remodelar a Administração Pública, em que se deve fazer uso dos recursos das tecnologias para a prestação de serviços e a promoção da transparência, permitindo a participação efetiva do cidadão na política pública.

Para Ruediger (2002), o governo eletrônico tende a reconhecer como modelo de análise e implantação um conjunto de intervenções políticas e técnicas em três planos:

1. Governo para Negócio: aplicações *web* com foco no segmento governo-negócio;
2. Governo para Governo: integração entre os serviços governamentais, envolvendo ações de reestruturação e modernização de processos e rotinas; e

3. Governo para Cidadão: informações e serviços dirigidos aos cidadãos. Antevê a interação direta entre o cidadão e o governo, considerando tanto meios virtuais como físicos.

O sistema aqui analisado, Sirc, aborda os três planos, já que é um sistema cujos dados serão utilizados pelo governo e seus órgãos e estarão, em parte, disponíveis ao cidadão e também a empresas, as quais poderão utilizar esses dados para criar planejamentos e perspectivas para os seus negócios.

O projeto Governo Eletrônico foi instituído no Brasil a partir do ano 2000 e produziu novas estruturas informacionais. Em 15 de janeiro de 2016, o Decreto n. 8.638 revogou o projeto Governo Eletrônico e instituiu a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, visando gerar benefícios para a sociedade mediante o uso da informação e dos recursos de tecnologia da informação e comunicação – TIC na prestação de serviços públicos. Como estrutura básica do Governo Eletrônico, foi adotada a arquitetura e-Ping (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), que cria padrões de interoperabilidade a partir de um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia da informação e comunicação, as condições de interação com os demais poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.³

A interoperabilidade, de acordo com o *site* da e-Ping, é entendida como “Uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente”.⁴

Essa interoperabilidade se faz necessária no momento em que o governo faz uso de diferentes sistemas para gerenciamento e armazenamento de dados e quando há a necessidade de “conversa” entre eles. Quando se criam padrões, todos passam a falar a mesma língua e é possível que haja um diálogo entre os sistemas adotados.

A arquitetura da e-Ping é formada por cinco segmentos: interconexão, segurança, meios de acesso, organização e intercâmbio de

³ Disponível em: <<http://eping.governoeletronico.gov.br/>>.

⁴ Disponível em: <<http://eping.governoeletronico.gov.br/>>.

informações e áreas de integração para governo eletrônico. De acordo com o *site*,⁵ esses cinco segmentos são assim descritos:

Interconexão: Segundo a Anatel, interconexão consiste na ligação de redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam se comunicar com usuários de serviços de outra rede ou, ainda, acessar serviços nela disponíveis. Logo, esse segmento estabelece as condições para que as redes dos órgãos de governo possam se interconectar e, assim, promover a interoperabilidade.

Segurança: Trata dos aspectos de segurança de TIC que o governo federal deve considerar.

Meios de Acesso: São explicitadas as questões relativas aos padrões dos dispositivos de acesso aos serviços de governo eletrônico.

Organização e Intercâmbio de Informações: Aborda os aspectos relativos ao tratamento e à transferência de informações nos serviços de governo eletrônico. Inclui padrão de vocabulários controlados, taxonomias, ontologias e outros métodos de organização e recuperação de informações.

Áreas de Integração para Governo Eletrônico: Estabelece a utilização ou construção de especificações técnicas para sustentar o intercâmbio de informações em áreas transversais da atuação governamental, cuja padronização seja relevante para a interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, tais como Dados e Processos, Informações Contábeis, Geográficas, Estatísticas e de Desempenho, entre outras.⁶

Todos os sistemas criados e utilizados pelo Poder Executivo do governo federal devem atender a esses segmentos estabelecidos, não restringindo a participação, por adesão voluntária, de outros poderes e esferas de governo. O Sirc, sistema em análise, é submetido aos padrões da e-Ping, conforme exposto adiante.

⁵ Disponível em: <<http://eping.governoeletronico.gov.br>>.

⁶ Disponível em: <<http://eping.governoeletronico.gov.br>>.

Ainda em relação ao governo eletrônico, no Brasil, ele atua em três frentes fundamentais, segundo o seu *site*:⁷

1. junto ao cidadão;
2. na melhoria da sua própria gestão interna; e
3. na integração com parceiros e fornecedores.

Há indícios de que o governo eletrônico trata, de forma integrada, sua atuação com o cidadão, o próprio governo e terceiros, como apresentado na visão de Ruediger (2002) anteriormente. Significa que as atividades do governo eletrônico têm como referência os direitos coletivos e uma visão de cidadania que não se restringe à somatória dos direitos dos indivíduos. Assim, incorpora a promoção da participação e do controle social e a indissociabilidade entre a prestação de serviços e sua afirmação como direito dos indivíduos e da sociedade (JARDIM, 2004).

Portanto, o governo eletrônico não é somente um meio para disponibilizar serviços e informações *on-line*, mas um movimento corroborativo com as necessidades da sociedade da informação e do conhecimento e de um estado democrático de direito.

Tratando da abordagem arquivística sob o panorama do governo eletrônico, para José Maria Jardim (2004, p. 16),

As ações envolvendo Governo Eletrônico e Programas de Gestão de Documentos Arquivísticos podem resultar numa soma de interesses com resultados extremamente positivos. A informação que norteia e deriva do processo decisório organizacional é, pela sua natureza, de caráter arquivístico. Seja nas relações Governo-Governo, Governo-Cidadão ou Governo-Negócios, a informação registrada que resulta desses processos gera estoques arquivísticos cuja adequada gestão é imprescindível para que o Governo Eletrônico atinja seus fins. Por outro lado, objetivos clássicos da gestão de documentos encontram grandes possibilidades de serem efetivados no âmbito de programas de governo eletrônico. Trata-se de um patamar político-gereencial ainda por desenvolver com a

⁷ Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/diretrizes>>.

participação de vários níveis da administração pública, universidades e sociedade.

Desse modo, é possível identificar a presença da Arquivística atrelada ao sucesso de um sistema de informação para um país. O acesso aos arquivos, à informação, se transforma em um direito público, não mais somente um afazer da administração ou da pesquisa histórica acadêmica.

2.4 ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

No final no século XIX, surgem manifestações para os arquivos, as bibliotecas e os museus tornarem seus acervos efetivamente úteis, buscando maior atuação ativa em contextos sociais. A ideia iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, é um dos lemas dessa abordagem. A tese do retorno para a coletividade dos investimentos feitos a esses locais de guarda também convoca ao pensamento da funcionalidade de arquivos, bibliotecas e museus (ARAÚJO, 2014).

As informações produzidas pelos governos possuem características de informação pública, salvo casos específicos. Após muitos conflitos, o assunto sobre direito de acesso à informação pública foi sendo legitimado por órgãos internacionais e inserido na Constituição de vários países.

A conscientização da necessidade de se assegurarem o acesso à informação pública e o direcionamento do Estado para atuar e garanti-lo tem ocorrido, mais significativamente, a partir do final do século XX. Apesar de não se apresentar de igual forma, esse movimento tem-se verificado universalmente, há uma meta comum a praticamente todos os legisladores de regimes democráticos contemporâneos: a garantia do direito à informação (BATISTA, 2012).

Atualmente, o direito de acesso à informação pública é considerado um direito humano fundamental por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, que, no art. XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, traz: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteira” (ONU, 1948).

A finalidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos é fornecer acesso universal e reduzir a lacuna existente entre ricos e

pobres em informação, aumentando a quantidade e a qualidade das informações de domínio público (UHLIR, 2006).

No Brasil, a Constituição de 1988 apresenta dispositivos basilares para a instalação do patamar jurídico para o acesso à informação governamental. Os direitos do cidadão têm como contrapartida os deveres da Administração Pública para viabilizar o acesso à informação, tal como previsto em seu art. 216, parágrafo 2º: "[...] cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, 1988, art. 216).

O art. 5º da Constituição dispõe sobre a prestação de informações pertencentes aos órgãos da Administração Pública: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988, art. 5º). Ainda segundo o inciso XIV do art. 5º: "É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional". Esse artigo determinou o marco regulatório das relações entre o Estado e a sociedade, garantindo ao cidadão o amplo acesso às informações não divulgadas. Mais especificamente, foi criada a Lei n. 12.257, em 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que regulamenta o direito de acesso à informação estabelecido pela Constituição Federal, como apresentado. A Lei entrou em vigor no ano de 2012, considerando o tempo para estados e municípios se adequarem às ações exigidas pela Lei. Tem como diretrizes os princípios de publicidade máxima da Administração Pública e o sigilo como exceção (JARDIM, 2013a).

A Lei refere-se ao Estado brasileiro, sendo subordinados a ela

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2011a, parágrafo único).

Há discussões acerca do enquadramento ou não da Lei de Acesso à Informação aos cartórios extrajudiciais. Tem quem defenda que, como

os cartórios possuem lei específica para o acesso e a publicidade de seus documentos, se aplica o princípio da Lei Especial, que prevalece sobre a Geral, e nesse caso a Lei de Acesso à Informação não seria aplicada a cartórios extrajudiciais (PATAH, 2015). Porém, se considerarmos que os cartórios se enquadram na especificação da Lei quando essa se refere a “[...] demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União [...]”, como citado anteriormente, e levarmos em conta o art. 236 da Constituição Federal, segundo o qual os serviços notariais e de registro são realizados em caráter privado por delegação do Poder Público, “Parágrafo 1º: Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário” (BRASIL, 1988, art. 236), pode-se entender que os cartórios estarão sujeitos à LAI. Isso não será aqui discutido, mas explanam-se as duas opiniões a esse respeito, levando em conta que a pesquisa não se aprofunda na LAI, apenas a apresenta como um exemplo de direitos adquiridos pelo cidadão diante do acesso à informação pública no Brasil. Ressalta-se ainda que a LAI não é uma lei arquivística, mas passa diretamente pelas fontes documentais orgânicas.

A disseminação da informação como regra do setor público promove, além de outros resultados, a melhoria da saúde e da segurança pública, pois os cidadãos estarão mais bem informados para a tomada de decisões sobre sua vida, ambiente e futuro (UHLIR, 2006).

A noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito e a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais, os quais garantem o exercício efetivo desse direito. Experiências internacionais e, em especial, o caso brasileiro demonstram que não se viabiliza o direito à informação governamental sem políticas públicas de informação (JARDIM, 2004).

Um conceito que tem direcionado os estudos sobre política de informação no Brasil foi firmado por Gonzalez de Gomez (1999, p. 2):

Uma política de informação, na sua forma mais ampla, pode ser definida como o conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas micro ou macro, e em princípio o lócus de sua manifestação seria o Estado e as políticas públicas.

Uma política de informação é mais do que a soma de determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se preveja o universo a ser contemplado, da mesma forma que devem ser previstos os atores do Estado e da sociedade ligados à elaboração, à implantação, ao controle e à avaliação dessas políticas (JARDIM, 2003).

As políticas públicas de informação já foram abordadas anteriormente quando se tratou da economia política da informação como partícula constituinte da CI (no item 2.1.1). Nesta seção elas são tratadas no aspecto relativo às formas de acesso a informações proporcionadas por essas políticas, em especial no Brasil.

No Brasil, há diferentes políticas públicas de informação sendo implantadas pelo governo federal e por seus órgãos. O Governo Eletrônico, como já mencionado, é uma dessas, que como princípio utiliza as modernas tecnologias de informação e comunicação para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e na efetividade das funções governamentais.

Além do Governo Eletrônico (Governança Digital), foi criado em 2014 o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil público, foco desta pesquisa, o qual busca modernizar a captação e o tratamento das informações de registro civil, desempenhando uma melhor gestão e acesso à informação de registro civil, responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas diversas. As atividades desenvolvidas por esses órgãos passam a ser realizadas com o apoio de uma plataforma digital, em um fluxo que conecta os cartórios aos ambientes de governo eletrônico do Estado brasileiro.⁸

Apresentados os conceitos relacionados à Arquivologia, que passa por transformações ao longo de sua história e altera seu foco, agora voltado para a informação orgânica, não mais apenas para o suporte documental; à ciência que estuda as propriedades, os fluxos e os comportamentos informacionais, a Ciência da Informação; aos sistemas de informação criados para organização, uso e acesso dessas informações; ao sistema de informação do governo brasileiro, o Governo Eletrônico (Governança Digital), criado para melhorar o processo de gestão da informação do Poder Executivo Federal; e ao acesso à informação, que está indiretamente relacionado a todos os itens mencionados, seguimos esta pesquisa contextualizando o objeto

⁸ Disponível em: <<http://www.sirc.gov.br/>>.

informativo do presente estudo, os registros civis, apresentando suas relações com cada um dos pontos tratados nesses dois capítulos iniciais.

3 REGISTRO CIVIL PÚBLICO

O registro civil é um registro (e uma “instituição”) cujos assentos têm, em muitos países, eficácia constitutiva que visa identificar e reconhecer as pessoas, demonstrando e publicitando a sua “historicidade pessoal” (nome, estado civil, identidade, nacionalidade), garantindo, assim, uma das tarefas fundamentais do regime democrático e “[...] [consistindo] em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social” (SILVA, 1994, p. 110).

Segundo a Lei n. 6.216, de 30 de junho de 1975, há quatro tipos de cartório, tendo cada um uma função específica, como exposto a seguir.

1. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais: responsável pelo registro de nascimento, casamento, óbito, entre outros, e por fornecer as certidões referentes a esses atos.

2. Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas: responsável pelo registro de contratos sociais, atos constitutivos e estatutos e suas respectivas alterações de empresas, associações, sindicatos, entre outros.

3. Cartório de Títulos e Documentos: registra documentos gerais e é o responsável por fazer notificações extrajudiciais, como cobranças.

4. Cartório de Registro de Imóveis: registra os títulos de propriedade de imóveis e respectivas averbações (BRASIL, 1975).

Além desses, ainda há outros tipos de cartórios a que a presente lei não faz referência e que não cabe aqui exemplificá-los, pois a presente análise se detém exclusivamente aos arquivos de Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais. É válido ainda ressaltar que os cartórios podem possuir diferentes denominações, Ofício de Registro Civil, Cartório Extrajudicial, Escrivania de Paz, dentre outros, não se adentra aqui discussões a respeito dessas denominações e são considerados os diferentes títulos/termos.

Segundo a Lei de Registros Públicos (Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994), art. 1º, “Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos” (BRASIL, 1994). Nesse sentido, diz-se que o registro civil “pertence a todos”, já que visa comprovar, publicitar e tornar juramentado e abrangente tanto o fato básico do nascimento de cada pessoa como os demais fatos que a lei

obrigatoriamente sujeite a esse registro e que, na sua essência, são os concernentes ao estado civil (NHANCALE, 2012).

Depois de registrado, o documento fica à disposição de quem por ele tiver interesse. É dever do registrador dar publicidade aos atos registrados, possibilitando ao público em geral, sem formalismos excessivos, o fornecimento de informações e certidões dos atos inscritos na serventia (SIVIERO, 2004).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Com o início das transações mercantis, o homem sentiu a necessidade de comprovar pactos, contratos e serviços desempenhados por escrito e não mais verbalmente. Esses registros eram realizados inicialmente por pessoas que sabiam escrever, porém, com o tempo, surgiram os homens públicos responsáveis por esse feito, chamados escribas, que há 600 anos a.C. eram incumbidos de fazer a selagem dos documentos apresentados, declarando-os verdadeiros (SIQUEIRA, 2010). Nesse momento foram criados os registros com fê pública, “[...] caráter, proveniente do tabelião e do registrador, delegados da lei, qualifica os atos jurídicos a eles submetidos com a presunção legal de veracidade” (ANJOS, 2011, p. 1).

Além da necessidade comprobatória produzida aos cidadãos, pode-se dizer que o registro civil é uma vertente dos recenseamentos realizados por romanos e gregos por volta dos séculos VIII ao IV a.C. Em 578-534 a.C.,⁹ imperadores mandavam realizar censos da população e sua riqueza que serviam para estabelecer o recrutamento para o exército, o exercício dos direitos políticos e o pagamento de impostos. A punição para quem não respondia, geralmente, era a morte.¹⁰ Segundo Baffour, King e Valente (2013, tradução nossa), censo é considerado a contagem regular e oficial de determinada população. Esses censos, utilizados a princípio pelo governo como meio de controle social, passam a ser empregados também pela sociedade civil para diferentes sentidos. O controle social, segundo Correia (2005, p. 67), é um termo ambíguo: “Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado”, ou seja, está

⁹ Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/panorama-introdutorio.html>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/panorama-introdutorio.html>>.

relacionado ao controle que o governo produz sobre a sociedade e também ao controle que a sociedade exerce sobre o governo como agente fiscalizador de suas ações.

O que é perceptível nessa breve abordagem é que a informação se torna o objeto promotor dessas ações de controle social; sem a realização de métricas, censos, o governo não teria o controle de sua população, podendo essas métricas também servir como meio para exigir prestações de contas e transparência governamental por parte da sociedade.

Os recenseamentos no Brasil continuam sendo realizados, com outras finalidade que as apresentadas, principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Um dos campos de coleta realizados por esse instituto diz respeito às pesquisas de registro civil, as quais estão disponíveis ao cidadão no *site* do IBGE e têm por objetivo fornecer informações que visem atender aos interesses de estudos demográficos, indicadores das estatísticas vitais do país, análises regionais e locais sobre fecundidade, nupcialidade e mortalidade. Antes de os censos estatais passarem a existir, a Igreja era também uma produtora de informações a respeito da população, pois era a responsável pelo registro de batismo, matrimônio e óbito da população de diferentes países.

Durante muito tempo a religião e o Estado formaram uma organização homogênea, já que as principais decisões tomadas na política do país tinham ligação com a Igreja, como a escolha do faraó egípcio, que antes de ser chefe de Estado era cultuado como uma divindade (PEREIRA, 2008).

Como cita Azevedo (2004, p. 111), “[...] a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural”. Assim, quando não havia os cartórios, os únicos registros validados e com efeitos civis para os cidadãos, comprovando fatos de sua vida, eram aqueles feitos pela Igreja, como batismo, matrimônio e sepultamento em cemitério católico. “O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das ‘massas dormentes’ e inaugura a era da documentação de massa” (LE GOFF, 2003, p. 531). Em determinadas regiões essa estrutura religiosa foi válida, como já mencionado, até o momento em que eclodiu a Revolução Francesa, em 1789, culminando na separação entre Estado e Igreja em diversos países do mundo. Segundo Pereira (2008, p. 2),

[...] o fechamento das Igrejas, sinos foram descidos, a prataria sacra foi entregue à diligência das autoridades distritais e a iconoclastia, foram algumas demonstrações da descristianização. Os conceitos de fé são fortemente abalados, pois o homem passa a acreditar no seu potencial e na razão, dando a Igreja apenas a consciência de agir pelo povo e de cumprir a sua missão junto ao povo.

Com o declínio da Igreja Católica, antes mesmo do marco principal, a Revolução Francesa, o primeiro registro civil feito por ordem não mais da Igreja, e sim do Estado, ocorreu entre os incas, no Peru, e o segundo nas colônias da Baía de Massachusets e New Plymouth, em 1639 (SILVEIRA; LAURENTI, 1973).

Já no Brasil, o catolicismo marca o processo de conquista do território brasileiro, intensificando-se principalmente com a vinda dos jesuítas, em 1549, custodiando dessa maneira os primeiros registros civis do país. A Fundação Histórica Tavera – FHT (2000), a partir de um estudo inédito, concluiu que os arquivos arcebispaís e episcopais ibero-americanos conservam uma valiosa documentação, importante não apenas para o estudo da presença da Igreja na América, mas também para o estudo da sociedade, da economia e da cultura (SANTOS, 2007).

No contexto brasileiro, até o ano de 1861, os únicos casamentos com efeitos civis eram aqueles celebrados pela Igreja Católica. Somente com a promulgação do Decreto Legislativo brasileiro n. 1.144, de 11 de setembro de 1861, é que o registro de casamento foi permitido em matrimônios que não fossem realizados pela Igreja Católica e assim também aceito civilmente (SIQUEIRA, 2010).

Segue-se uma série de características que anunciam a modernidade, como a ruptura da unidade religiosa e a perda da hegemonia da Igreja Católica. Isso porque a fundamentação teológica já não encontrava eco na diversidade de credos religiosos. Para que esse direito alcançasse uma linguagem universal, seria necessário desvincular seus fundamentos de qualquer credo religioso, nacionalidade, ou qualquer outro elemento que não a própria natureza humana, comum a todos (MATTAR, 2003).

Em 1888, foi iniciado o processo de criação de registros civis públicos no Brasil, com o Decreto n. 9.886, de 7 de março do referido ano, que traz em seu art. 1º: “O registro civil compreende nos seus assentos as declarações especificadas neste Regulamento, para certificar

a existência de tres factos: o nascimento, o casamento e a morte” (BRASIL, 1888). Nesse momento todas as crianças nascidas, todos os que casaram e todos os cidadãos que vieram a óbito, independentemente de sua religião, deveriam ser registrados. Os escreventes dos registros deixaram de ser os párocos e passaram a ser os “funcionários do governo”.

Esse processo de criação de registros desvinculados da Igreja Católica inicia no ano de 1888 com os registros civis públicos, mas foi somente após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, que o governo provisório publicou um decreto definitivo de separação da Igreja e do Estado. A partir desse momento, o Brasil assume características de um país laico. O que foi gerado por essas instituições passa a ser de interesse coletivo, como traz o art. 16 da Lei n. 8.159: “Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social” (BRASIL, 1991, art. 16).

A partir da Proclamação da República é que o governo cria um órgão delegado responsável pelo feitiço dos registros públicos dos cidadãos no Brasil, incumbidos nesse caso aos tabeliães. Desse modo, grande parte dos registros civis brasileiros data a partir de novembro/dezembro de 1889.

3.2 ARQUIVOS DE REGISTRO CIVIL

Os documentos de arquivo de registro civil têm, desde sua criação, por seu valor testemunhal e probatório, caráter permanente e histórico. Como aponta Schellenberg (2006, p. 211), “Os documentos vitais relativos a nascimentos, óbitos e casamentos deveriam ser, e de fato são, permanentemente conservados pelos respectivos estados”.

Para Morris Rieger (1979), são conserváveis os documentos de valor permanente que podem ter valor para a proteção dos direitos cívicos, jurídicos e de propriedade de certos cidadãos ou de toda a população. É um valor ligado aos direitos individuais. Quando se parte do pressuposto de que os registros civis têm valor permanente, refere-se ao registro em si, e não a todos os documentos que são criados nos Cartórios de Registro Civil.

A função arquivística de avaliação, já mencionada, prescreve que o supérfluo seja eliminado dentro de determinados prazos e que se reduza a massa documental sem prejuízo da informação. Para o desempenho dessa função, o arquivista deve contar com a “[...]”

assessoria de uma equipe multidisciplinar de historiadores, administradores e juristas” (BELLOTTO, 2006, p. 117). Bautier (1967, p. 1138) frisa que “[...] nenhuma destruição poderá ser feita sem autorização de um arquivista responsável, o que supõe relações estreitas e constantes entre os arquivos (históricos) e as administrações”. Um dos resultados da tarefa e do processo de avaliação será a tabela de temporalidade de documentos.

No dia 28 de setembro de 2015, foi publicado pelo Conselho Nacional de Justiça o Provimento n. 50, que dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais. Esse provimento autoriza os Cartórios de Notas, Protestos de Letras e Títulos, Registros de Imóveis, Registros Cíveis de Pessoas Naturais, Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas e Registros de Títulos e Documentos a adotarem uma tabela de temporalidade de documentos que se encontra anexa ao provimento. Dentre os vários documentos que podem ser eliminados a partir da aprovação dessa tabela estão, por exemplo, as averbações (mandado, carta de sentença, reconhecimento voluntário de paternidade, adoção, legitimações etc.), após cinco anos. Esses documentos são recebidos pelos cartórios para que sejam anotadas nos registros respectivos as alterações que, por ventura, possam ter ocorrido. Por exemplo, quando acontece o divórcio de um casal, é necessário que seja feita a averbação do mandado judicial, quando for o caso, no registro de casamento para constar dados relativos ao ato de divórcio. Se o divorciado quiser casar novamente com outra pessoa, é necessário que apresente no processo de habilitação para casamento a certidão de casamento com a anotação do registro de divórcio e se houve ou não a partilha dos bens durante o processo de divórcio, assim os cônjuges estão desimpedidos de se casarem novamente em regimes que relacionem seus bens com a nova união conjugal. A partir do Código Civil Brasileiro de 2002, que passou a vigorar em 2003 (BRASIL, 2002, art. 1.523, parágrafo III), sobre as Causas Suspensivas do Casamento: “Não devem casar [...] III - O divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal”. Ainda segundo o Art. 1.641: “É obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento;” (BRASIL, 2002, art. 1.641, parágrafo I). Dessa forma, se não tiver sido anotada no registro do casamento a partilha dos bens, os divorciados somente poderão casar novamente sob o regime de separação de bens. Portanto, averbações realizadas antes de entrar em vigor o Código Civil Brasileiro de 2002, por exemplo, podem não possuir essa informação, a qual só estará presente no mandado de

averbação de sentença, que poderá ter sido eliminado com a adoção da tabela de temporalidade citada. Não caberá aqui discutir a aplicação dessa tabela ou não, porém com esta pesquisa identifica-se que documentos como esses podem ser probatórios futuramente e que necessitariam ficar por mais tempo nos cartórios.

Além do caráter probatório radicado nos documentos de arquivo, Carlos Alberto Araújo (2014) considera que existe um papel dos arquivos no fomento e na difusão dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais, são eles:

1. a noção de patrimônio cultural de valor histórico, que consiste em um valor essencial e básico dos arquivos sobre o qual se apoiam os outros valores;

2. a função dos arquivos como elementos que garantiriam a possibilidade de promover e recuperar a memória coletiva, a partir da ideia de que é preciso construir o futuro sobre as sólidas bases de um conhecimento amplo e crítico do passado; e

3. os arquivos são importantes protagonistas para os processos de recuperação e fortalecimento das identidades (locais e nacionais), relacionando-se com a necessidade dos indivíduos de conhecerem suas origens pessoais ou da sociedade a que pertencem. Por fim, os arquivos são também conhecimento, na medida em que guardam um imenso capital informativo cujo acesso pode favorecer mediante uma série de serviços (ARAÚJO, 2014).

Diante do que é posto pelo autor, é possível identificar três frentes básicas a respeito dos arquivos: o arquivo e sua relação com o patrimônio cultural; o arquivo como forma de memória coletiva; e o arquivo como fator fundamental para o conhecimento do Eu como indivíduo. Frentes presentes nos arquivos de registro civil são exemplificadas nos próximos parágrafos.

O arquivo de registro civil como constituinte do patrimônio cultural de valor histórico para os indivíduos e a sociedade é fator determinante para o reconhecimento de direitos básicos da vida cotidiana. Costa (2011, p. 28) entende patrimônio como “A empresa do ser humano relacionada à tríade arte/memória coletiva/repasse de saberes, protegida pelo direito, tendo em vista o princípio constitucional da dignidade, tanto do universo humano, quanto dos indivíduos, ligada à ideia emancipatória de desenvolvimento”.

Quando pensamos nessa tríade, podemos entender o registro civil como parte componente da memória coletiva da sociedade, sem

dispensar, é claro, a própria memória individual; os direitos individuais, em grande parte, são adquiridos a partir do registro de nascimento.

O patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, art. 216).

O patrimônio formado por documentos contidos nos arquivos é matéria nutriente informativa para a funcionalidade de uma sociedade. Ao dar relevância à funcionalidade, é quase determinado um novo tratamento administrativo do documento. Essa função informativa e os múltiplos usos derivados dela exigem uma particular proteção/preservação do patrimônio documental (BELSUNCE, 1986 apud SILVA, 1998). A preservação desse patrimônio documental se faz fundamental, pois visa proteger os documentos de possíveis degradações que o acervo possa vir a sofrer. Para que a preservação seja possível, faz-se necessária a observação da atuação dos vários agentes de degradação, que podem ser internos ou externos ao suporte em que se encontra a informação. Diante do exposto, é notável a necessidade de políticas de preservação do patrimônio cultural/documental; nesse caso, o registro civil, indiciador de histórias e memórias do povo brasileiro. Esses termos são explanados no próximo subitem.

Os arquivos detentores dos documentos de registro civil se tornam guardiões e indiciários da história da sociedade e, para tanto, se transformam em lugares de memória/patrimônios documentais possuidores de documentos físicos envolvidos em narrativas pessoais ou coletivas entre familiares e na própria sociedade. História e memória, assuntos tratados na próxima seção.

Nora (1976) afirma que a memória-patrimônio não se contenta em entender o alargamento brutal da noção e sua expansão recente e

problemática a todos os objetos testemunhos do passado nacional, mas, muito mais profundamente, a transformação em bem comum e em herança coletiva das implicações da memória.

A partir dos registros civis, é possível comprovar fatos e realizar pesquisas científicas relacionadas, por exemplo, a causas de mortalidade no país; taxas de natalidade de um município, estado ou país; relação entre casamentos e divórcios; profissões comuns de cada época; principais nomes dados às crianças, dentre outras, por isso considera-se aqui que esses documentos estão acondicionados em lugares de memória, constituindo-se memória-patrimônio da Nação. Para Smith (2004, p. 75, tradução nossa), “[...] sem memória não há identidade; sem identidade, não há nação”.

Considerando o arquivo de registro civil como constituinte do patrimônio cultural brasileiro, é válido ressaltar que, segundo o art. 62 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, “Destruir, inutilizar ou deteriorar: [...] II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial” é tipificado como crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, sendo a pena de “reclusão, de um a três anos, e multa”; se o crime for culposo, a pena é de “seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa” (Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, art. 62).

3.2.1 Arquivos e memória

O contexto da Revolução Francesa no século XVIII é marco da inauguração de uma nova época no tratamento dos arquivos, resultando em uma preocupação maior com a história-memória e sua preservação.

Barros e Neves (2009, p. 60) entendem “[...] documento arquivístico como um bem cultural patrimonial” (patrimônio documental). Dessa forma, os acervos estão ligados à questão patrimonial e passam a ser notados como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da sociedade.

Os arquivos se constituem de registros feitos com algum propósito para suprir alguma necessidade do momento, são, portanto, parte significativa da construção da memória. Para Robert (1990 apud JARDIM, 1995, p. 4),

Os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição,

com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada.

Em se tratando de memória, Jardim (1995) considera que é um tema de estudo tratado de maneira interdisciplinar e defende que a memória, diferentemente da história, não se constitui de um conhecimento produzido de forma intencional, ela é a percepção do passado. A memória pode ser entendida como a propriedade de conservar certas informações; remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar suas impressões ou informações passadas ou que ele considere como passadas (LE GOFF, 2003). Para Pereira (2011, p. 23), memória é “[...] a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis tanto no cérebro como em outros mecanismos artificiais como, por exemplo, a memória de um computador, ou nos documentos de arquivo. É através dela que damos significado ao cotidiano”.

E nessa correlação da memória e seus meios de armazenamento que Alberch et al. (2001, p. 14, tradução nossa) acreditam que

Os arquivos são memória. A percepção do arquivo como repositório de memória é, provavelmente, a atribuição mais comum e imediata, já que os políticos, gestores, e até mesmo boa parte do público valorizam a função dos arquivos como elemento que garante a possibilidade de promover ou, se necessários, recuperar a memória coletiva.

Nora (1993, p. 15), historiador francês, considera a existência de uma memória arquivística, ou seja, “[...] à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”. Levando em conta a memória arquivística, que aqui fique claro, não a consideramos objeto de verdade do que um dia ocorreu, mas sim uma fonte possibilitadora de narrativas, já que depende do contexto de sua produção. Levando em consideração as cinco características dos documentos arquivísticos apontadas por Duranti (1994) anteriormente, a memória sempre será recortada e construída com alguma intencionalidade, por esse motivo acredita-se que não constitui um objeto da verdade. Essa “[...] reconstrução não pode ser feita cientificamente [...] e tampouco seus resultados podem ser absolutamente certos, porque os fatos passados não podem ser repetidamente reproduzidos e observados” (DURANTI, 1994, p. 52).

A constituição da memória arquivística, quando relacionada aos arquivos de registro civil, identifica-se por sua transformação em lugares de memória possuidores de documentos físicos envolvidos em histórias pessoais, familiares e da sociedade. Consideramos que esses documentos estão acondicionados em lugares de memória, constituindo-se memória-patrimônio da Nação. Para Pierre Nora (1993, p. 63),

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham “qualquer coisa” em comum.

Essa realidade tangível (material) identifica-se nos arquivos de registro civil, enquanto a realidade simbólica pode ser encontrada em uma pessoa e sua trajetória de vida, uma família, uma comunidade ou um país.

Nora (1976) também afirma que a memória-patrimônio não se contenta em entender o alargamento brutal da noção e sua expansão recente e problemática a todos os objetos testemunhos do passado nacional, mas, muito mais profundamente, a transformação em bem comum e em herança coletiva das implicações da memória.

De acordo com Le Goff (2003), historiador francês, a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana.

Desse modo, considerando as definições sobre memória, compete constar que, nesta pesquisa, o conceito de memória está ligado à história, não como sinônimos, e aos documentos, como prática de registro e também como vestígio dessa memória.

3.2.2 Memória individual e coletiva

A memória pode ser considerada a capacidade humana de reter e guardar o que já passou, salvando-o da perda absoluta (CHAUÍ, 2006). Como a memória humana pode ser de certa forma limitada, o homem

faz uso de recursos como os documentos, os quais registram a informação para acesso posterior em partículas dessa “memória”. Para Araújo (2014), o acúmulo de registros do conhecimento humano pode gerar o que Halbwachs chama de “memória coletiva” e Peter Berger e Thomas Luckmann de “acervo social do conhecimento”. Nesse momento considera-se a perspectiva do sociólogo francês Maurice Halbwachs ao atentar para a existência de memórias individuais e coletivas e afirmar que os homens possuem os dois tipos de memórias:

Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade, ou de sua vida pessoal. [...] por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 71).

Chauí (2006) compreende também que a memória possui duas dimensões: a pessoal e introspectiva, que diz respeito ao sujeito; e a social ou histórica, que está ligada à história da sociedade ou do povo, que pode ser conservada em objetos como documentos e monumentos, que, por sua vez, podem se configurar como patrimônio.

Como é perceptível, há discussões acerca do uso das terminologias “memória social” e “memória coletiva”. Para Gondar (2008), o próprio critério utilizado para a distinção da memória social e coletiva varia conforme os autores enfocados. Alguns autores as diferenciam considerando que a primeira representa o que foi registrado pela sociedade, enquanto a segunda diz respeito à memória ligada à oralidade de uma comunidade, como o historiador francês Jacques Le Goff (1990 apud GONDAR, 2008), que considera a memória coletiva para os povos sem escrita e o termo “memória social” para as sociedades em que a escrita já tenha se instalado. Nesse caso, a diferenciação das duas memórias está na possibilidade de construir uma história. Levando em consideração o apresentado, para esta pesquisa o que caberia de acordo com Le Goff (2003) seria a memória social, enquanto os registros civis são os documentos escritos. Porém, se levarmos em conta que, a partir da oralidade, acontecimentos relacionados ao registro civil na comunidade também podem ser originados, faríamos uso da memória coletiva, como apresentada a seguir. À vista disso, fazemos uso de ambas as terminologias.

Para Halbwachs (1990, p. 36), a memória coletiva se faz presente quando “[...] evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo”. O autor ainda reforça que “[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo”. Também considera que, “[...] De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

É possível identificar que a memória coletiva somente existe a partir de diversas memórias individuais, que em conjunto criam a memória coletiva. Para Halbwachs (2006), a memória individual não está absolutamente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, a pessoa precisa recorrer a lembranças de outras e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade.

Dessa forma, o que identificamos como memória coletiva e individual pode ser indiciado por diferentes tipos de documentos. Os registros civis como forma de assentamento de nascimentos e óbitos, por exemplo, apresentam informações individuais do cidadão que, em conjunto, constituem as memórias de um grupo, uma população ou um país, a memória da coletividade.

3.3 O ACESSO À INFORMAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Como exposto, o acesso tem sido um tema muito tratado e sob diferentes perspectivas. Das informações de registro civil, consideram-se esses registros indícios de memórias individuais e coletivas, patrimônio documental da Nação. Documentos com valor probatório e histórico, esses são aspectos que demonstram o quão necessário se faz o acesso a eles.

A função registral é pública, cabe ao Estado prestá-la atendendo a um interesse da coletividade. Assim, a regra se torna a publicidade dos atos, conforme previsto no art. 16 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), já citado; no art. 1º da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, segundo o qual os serviços notariais e de registro “[...] são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos” (BRASIL, 1994, art. 1º); e também no art. 30, parágrafo XII, da mesma Lei dos Cartórios, que diz que a função dos registradores é de “[...] facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às

pessoas legalmente habilitadas” (BRASIL, 1994, art. 30). E ainda de acordo com a Lei de Registros públicos: “[...] qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido” (BRASIL, 1973). Para Brandelli (2011, p. 213-214), “A publicidade jurídica é o instrumento de cognoscibilidade de certos fatos jurídicos, ou de certas situações jurídicas, a terceiros que não participam, direta ou indiretamente, de seu nascedouro ou da sua eficácia, e que, portanto, ordinariamente, não os conhecem”.

Ao tratar que a publicidade implica cognoscibilidade significa que ela não promove, por si só, conhecimento efetivo, mas sim a possibilidade da geração de conhecimento.

Para que sejam os arquivos (lugares de memória-patrimônio) passíveis de publicidade, principalmente aqueles que datam do início do registro civil no Brasil (1888), é necessária a adoção de medidas de preservação e gestão documental, o que se vê, porém, são poucos profissionais qualificados atuando nessa área. Em pesquisa realizada no ano de 2013, foi possível constatar que no núcleo da região metropolitana de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, de uma amostragem de nove Ofícios de Registro Civil (visitados) de cada uma das cidades do núcleo, apenas um possuía um bibliotecário responsável pelo acervo, no mais, cada um criava uma maneira própria para conservar os documentos, sem a adoção de critérios arquivísticos adequados. Verificou-se um esforço perceptível em cuidar da documentação de registro civil nesses estabelecimentos, porém de forma espontânea e empírica, ou seja, sem o auxílio de profissionais capacitados, o que melhoraria consideravelmente a longevidade para acesso futuro a esses documentos.

Um ano após a referida pesquisa, foi publicado o Decreto n. 8.270/2014, que instituiu no Brasil o Sirc e seu comitê gestor, pois até esse momento não havia um local que integrasse todas as informações de registro civil no país, cada órgão possuía o seu sistema próprio ou, em muitos casos, não o possuía, ficando a cargo de cada Ofício de Registro Civil comunicar mensal ou trimestralmente os órgãos que dessa informação necessitassem e disponibilizar as certidões para os cidadãos que delas carecessem.

Desempenham os registros públicos imprescindível papel na consolidação da soberania popular, pois, por meio dos dados existentes em seus assentos, permite-se a formulação de políticas públicas destinadas, por exemplo, à erradicação da pobreza, à garantia da cidadania e à segurança nacional, criando, a partir do aumento da

segurança jurídica, ambiente propício a fomentar importantes setores da economia nacional, com efeitos multiplicadores (RODRIGUES, 2007). Os meios para a disponibilização dessa informação podem ser de diferentes tipos: *sites*, bases de dados, consultas locais, cópias digitais, entre outros. Todavia, para efeitos jurídicos e legais, hoje somente é aceitável a cópia em microfilme. Há em trâmite o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 146/2007, que dispõe sobre a digitalização e o arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências. Em seu art. 2º, garante que,

Após a digitalização e armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada, os documentos em meio analógico poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração, lavrando-se o respectivo termo de eliminação. (BRASIL, 2007, art. 2º).

O referido projeto está em tramitação desde 2007 e gera muitas discussões perceptíveis entre os pareceres de diferentes comissões da Câmara. Permitir que documentos sejam eliminados após sua digitalização é algo que carece de muitas análises, precauções e medidas de segurança e parece ser um assunto não discutido nesse projeto, assim como outros aspectos do âmbito da Arquivologia. Há outro projeto em discussão que poderá também, de alguma forma, refletir no acesso aos registros civis, o Projeto de Lei n. 5.276/2016, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural, mas não se adentra aqui esses assuntos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em uma pesquisa, o método concretiza-se como o conjunto das diversas etapas ou passos que devem ser seguidos para a sua realização (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Por sua vez, a metodologia “[...] serve para explicar tudo que foi feito durante um estudo. O objetivo é descrever o método, os participantes, o tipo de pesquisa e os instrumentos utilizados” (MASCARENHAS, 2012, p. 35).

As pesquisas podem ser atividades investigativas sobre problemas práticos e/ou teóricos baseados em procedimentos técnicos/científicos. Esta pesquisa é composta tanto de problemas práticos quanto teóricos.

Levando em consideração o exposto e o objetivo geral anteposto, para a recuperação de informações que digam respeito aos assuntos relacionados à pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental. A busca por bibliografias é um dos primeiros passos a serem dados quando é iniciada qualquer pesquisa, conhecer o que já foi produzido por outros autores e ter a certeza de que sua pesquisa será empreendedora e inovadora só é possível a partir de minuciosa busca de material bibliográfico. Segundo Dane (1990), é preciso definir tópicos-chave, autores, palavras, periódicos e fontes de dados preliminares, como descritos a seguir.

A pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Esse tipo de pesquisa foi o escolhido, pois colabora para o entendimento dos objetivos já identificados e permite nova exploração e discussão com outros olhares sobre assuntos ainda pouco estudados.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas em bases de dados reconhecidas da área da Ciência da Informação tanto para elaborar a fundamentação teórica quanto para investigar se o tema era inédito ou se havia sido produzido algum trabalho de dissertação e tese. Dentre elas estão a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI, que conta hoje (2017) com uma base composta de 52 revistas científicas indexadas e mais de 16 mil trabalhos publicados nessas revistas científicas, além dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Enancib, um dos mais importantes eventos da área; a Library and Information Science Abstracts – Lisa, uma base de dados com temas relacionados a bibliotecas, arquivos e Ciência da Informação, sendo uma ferramenta

internacional que conta com mais de 440 periódicos indexados, mais de 68 diferentes países,¹¹ tendo sido selecionada por ser internacional para saber o que está sendo produzido fora do Brasil; a Eprints in Library and Information Science – E-LIS, o maior repositório público internacional no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. É de livre acesso e os usuários são capazes de pesquisar, acessar e arquivar documentos de texto completo,¹² tendo sido selecionada por estar voltada para a Ciência da Informação, contribuindo ainda mais com o referencial teórico e metodológico desta pesquisa; a Scientific Electronic Library Online – Scielo, uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, conta com 1.249 periódicos, 573.525 artigos publicados,¹³ tendo ainda a participação de diferentes países como Espanha, Portugal e México atuando em diferentes áreas do conhecimento. Essa base foi escolhida pelo tema de pesquisa ser tratado por diferentes áreas do conhecimento como Direito, Saúde, Ciência da Informação, Arquivologia; e a SciVerse Scopus, é a maior base de dados de resumos e citações de revistas científicas, livros e anais de conferências, abrangendo áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanas.¹⁴ Além de sua importância mundial, essa base foi selecionada por ser também multidisciplinar, enriquecendo a pesquisa. Ao levar em conta o tema principal da pesquisa, as expressões utilizadas no campo de busca foram: registro civil, cartório, *registry office*, *civil registry*, as duas últimas considerando as bases de dados que utilizam o idioma inglês. Com relação ao período da publicação, foi admitido todo o disponibilizado nas bases até o momento da busca.

Após a quantidade de resultados encontrados (1.922 artigos), foram selecionados aqueles a partir da área de abrangência “Ciências Aplicadas” nas bases de dados Scielo e Scopus. Naqueles que não são dessa maneira apresentados, fomos direto ao título dos artigos, relacionando-os à temática estudada. Após a seleção pelos títulos, foi feita uma a leitura do resumo e, então, da publicação por completo. No total, 47 artigos foram considerados relevantes para a pesquisa, levando em consideração que muitas das informações recuperadas com os termos citados foram de pesquisas realizadas principalmente na área da saúde, como nos casos da Web of Science, Scopus e Scielo, por fazerem

¹¹ Disponível em: <<http://www.proquest.com/products-services/lisa-set-c.html>>.

¹² Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/information.html>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.elsevier.com/solutions/scopus>>.

uso dos dados constantes nos registros civis como fonte de informação, o que denota a multidisciplinaridade de usos da informação dos registros civis.

Já a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Recorre-se a esse método de pesquisa por contemplar aqueles documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, os quais não possuem tratamento e são bases para algumas discussões da pesquisa, além das buscas ao *site* do Sirc e da Central de Registro Civil e em leis e decretos que abrangem as normativas sobre o tema.

Sobre os instrumentos, a pesquisa por levantamentos “[...] caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas, cujo comportamento se deseja conhecer” (GIL, 2002, p. 50). O levantamento de dados foi feito em um dos casos por meio de um formulário que, para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 53), é “[...] destinado à coleta de dados resultantes quer de observações quer de investigações, e seu preenchimento é feito pelo próprio investigador”. Uma entrevista foi realizada com dois participantes simultaneamente, por trabalharem juntos no projeto de implantação do Sirc. E foram aplicados dois questionários em razão da amplitude regional da pesquisa. O questionário é “[...] instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201).

No mês de fevereiro de 2016 foi realizado um pré-teste do uso do formulário com dois responsáveis por treinamentos e desenvolvimento do Sirc na Grande Florianópolis, funcionários do INSS. De acordo com o decreto de criação do Sirc: “O desenvolvimento, a operacionalização e a manutenção do Sirc caberão ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as diretrizes e deliberações do comitê gestor” (BRASIL, 2014a). O resultado do pré-teste satisfaz as necessidades preestabelecidas, visto que utilizamos algumas considerações apresentadas pelos participantes para o desenvolvimento desta pesquisa. O pré-teste levantou também algumas observações para as próximas questões, como o enfoque a ser dado a cada participante, dependendo de sua área de atuação dentro do Sirc.

Ainda com relação aos participantes, estiveram presentes também os responsáveis pela execução do projeto Sirc/CRC e envolvidos com esse projeto: um representante da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), detentora dos direitos autorais e da

propriedade intelectual da CRC, e outro do Comitê Gestor do Sirc. Dessa forma, tivemos dois participantes do pré-teste que responderam ao formulário juntos, outro da Arpen e outro do Sirc, denominados participantes/respondentes A, B e C.

O instrumento utilizado para a coleta de dados fomenta e levanta novas discussões originadas nos objetivos da pesquisa, visando a uma comparação do estágio em que se encontra a implantação do sistema de informação de registro civil com o que está disposto no decreto de sua criação, no provimento de sua execução e em projetos futuros do sistema.

Do tipo de pesquisa, por possuir como alvo a geração de conhecimento para a solução de possíveis problemas específicos, como a questão do acesso às informações de registro civil pelo cidadão e pelo governo por meio dos sistemas integrados de registro civil, a pesquisa é de natureza aplicada. A pesquisa é do tipo descritiva, pois tem como objetivo principal a descrição das características de determinado fenômeno ou então o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002). Em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e coleta-se informação sobre cada uma delas para, assim, descrever o que se pesquisa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Adota-se a corrente pragmática, que foca nos resultados da pesquisa, visto que “[...] existe uma preocupação com as aplicações e o que funciona, e as soluções para os problemas detectados” (CRESWELL, 2010, p. 38), além de trazer à tona os objetivos de analisar o Sirc com possíveis proposições e comparações para a sua melhoria.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, utilizada “[...] quando queremos descrever nosso objeto de estudo com mais profundidade” (MASCARENHAS, 2012, p. 46). Seu propósito consiste em “reconstruir” a realidade, tal como é observada pelos atores de um sistema social predefinido (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). A pesquisa qualitativa dá profundidade aos dados, à dispersão, à riqueza interpretativa, à contextualização do ambiente, aos detalhes e às experiências únicas.

A partir dos resultados levantados por meio do formulário e dos questionários, o tratamento dos dados foi realizado por meio de análises baseadas no que está presente nas normativas e também no que está sendo feito em Portugal, que possui um sistema semelhante para o acesso e a utilização dos registros civis.

5 SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL: CARACTERÍSTICAS E ANÁLISE

Sistemas para a reunião de informações/registros civis são criados por diversos países. Esses sistemas desempenham papel fundamental para os órgãos do governo, como meio de contabilidade, informações sobre características e crescimento de sua população, além de auxílio a diversos outros programas e políticas de governo.

Como exemplo de sistemas que atualmente funcionam em países fora do Brasil, é apresentado após o Sirc o Sistema Integrado do Registro e Identificação Civil (Siric), de Portugal, que possui características muito parecidas com o caso brasileiro, além de o idioma do país ser um facilitador para a compreensão.

5.1 BRASIL – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL

A política governamental brasileira, ao considerar que a interligação entre os Cartórios de Registro Civil, o Poder Judiciário e os órgãos da Administração Pública atendem ao interesse público e podem contribuir com a racionalidade, a economicidade e a desburocratização da prestação de serviço, instituiu no Brasil o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, o Sirc, e seu comitê gestor, por meio do Decreto n. 8.270, de 26 de junho de 2014. Sua finalidade é de captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos a registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelos Ófícios de Registro Civil das Pessoas Naturais (BRASIL, 2014a). O Sirc vem tornar possível a criação de uma base de dados que compile todas as informações relativas ao registro civil em um único ambiente. Em seu art. 2º, o Decreto n. 8.270 afirma que caberá ao Sirc

- I - promover o aperfeiçoamento da troca de dados entre as serventias de registro civil de pessoas naturais e o Poder Público;
- II - promover a interoperabilidade entre os sistemas das serventias de registro civil de pessoas naturais e os cadastros governamentais;
- III - padronizar os procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Poder Executivo federal [...]. (BRASIL, 2014a, art. 2).

Dessa forma, é possível identificar o Sirc como um sistema que organiza o fluxo informacional entre as serventias/Cartórios de Registro Civil e os órgãos do governo.

Para o estabelecimento, a gestão e a disseminação do Sirc, foi criado pelo Decreto o comitê gestor, formado por representantes de 11 ministérios, secretarias e institutos, dentre eles o Ministério da Previdência Social; a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Justiça; o Ministério da Defesa; o Ministério das Relações Exteriores; o Ministério da Fazenda; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Ministério da Saúde; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2014a). Esses órgãos potencialmente farão uso direto das informações presentes no Sirc: o IBGE para a formulação de censos; o INSS para o cadastro de beneficiários; o Ministério das Relações Exteriores para aqueles brasileiros que vivem no exterior, dentre diversos outros usos. Além desses órgãos, após a autorização concedida pelo Comitê, entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderão requerer acesso às informações disponíveis no Sirc. Dentre as tarefas do comitê gestor está a de

II - definir procedimentos para assegurar a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e a confidencialidade dos dados e a interoperabilidade entre o Sirc e outros sistemas de informação dos órgãos e entidades envolvidos, observada a legislação aplicável e as recomendações técnicas da arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – e-Ping. (BRASIL, 2014a).

Essa interoperabilidade será permitida a partir da adoção dos cinco segmentos da e-Ping apresentados anteriormente. Percebe-se, ainda, o quão necessária é a adoção desses padrões de arquitetura da e-Ping ao levar em conta a quantidade de órgãos que subtrairão dados desse sistema.

Registros civis produzem informações a respeito da vida do cidadão para o país; dessa forma, muitas dessas informações devem ser compartilhadas com órgãos do governo, como a quantidade de nascidos para a Secretaria de Saúde Pública; os falecidos para o Cartório Eleitoral da Comarca, já que passarão a ser não votantes, ou para o INSS, que

cessará o benefício que era recebido pelo indivíduo, quando for o caso, ou seja, além de ser um participante ativo na elaboração de políticas públicas, será também um meio para a economia nacional e, ainda, para a diminuição de fraudes eleitorais.

Para o participante/respondente A, em resposta ao questionário citado na metodologia da presente pesquisa, o Sirc é

[...] um pilar do governo. Ele representa o pilar de biografia do governo. [...] vai ser a pedra fundamental para que as políticas públicas se encaminhem e a base para isso vai ser o Sirc. Ele é uma das bases para que o cidadão possa alcançar sua plena cidadania junto à sociedade e ao governo.¹⁵

Dessa forma, podem-se identificar algumas questões principais quanto ao Sirc nesse relato; essa “pedra fundamental” é o início de um novo projeto do governo que tem o registro civil como fonte de informação para a criação de políticas públicas e para que o próprio governo se autoidentifique.

O Sirc traz consigo a ideia de um sistema integrado que tenha todas as informações de registro civil automatizadas e que cada órgão que delas precisar vá até o sistema e as busque, não sendo mais preciso fazer comunicações mensais e trimestrais por meio de papel para o Cartório Eleitoral, a Secretaria de Saúde, a Junta Militar, a Polícia Federal, a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Federal, como ocorre atualmente.

Ele visa otimizar o planejamento e a gestão de políticas públicas por meio dos dados constantes. Nesse aspecto, em entrevista com o participante B, foi relatado:

Eu penso em melhoria do atendimento ao cidadão, esse é o foco [...] no sentido de que, com as informações sendo captadas, tanto de nascimento, quanto casamento e óbito, nós vamos ter a possibilidade, de num futuro, que a gente espera que não seja tão demorado, tão distante, nós vamos ter possibilidade de reconhecer os direitos

¹⁵ Esta e as demais respostas foram obtidas por meio do questionário aplicado.

das pessoas independente até de eles virem até agência.

Quanto aos possíveis benefícios que o Sirc traria para o cidadão, o respondente B ainda afirma:

Pro cidadão é isso, maior agilidade, menos trabalho para o cidadão, a gente pretende que com o tempo se atenda a questão dos diversos órgãos trocarem às informações ou terem acesso às informações, para que não aconteça do [órgão¹⁶] solicitar um documento que nós poderíamos buscar num ambiente único, então o cidadão não vai mais correr de um lado pro outro, isso é uma coisa muito legal.

Da resposta coletada, é possível perceber a complexidade que o Sirc representa e sua responsabilidade perante a sociedade. Em complemento, para o participante A:

A contribuição principal do Sirc é deixar uma fonte a partir da qual o governo vai poder fazer política pública. Com base nisso, ele vai trazer muitos benefícios para a população. Então, aqueles direitos que hoje o cidadão tem que procurar em uma série de lugares e órgãos, apresentar uma série de documentos, com o Sirc ele terá acesso a isso de uma forma muito mais ágil para concessões, benefícios, direitos, e inclusive para o cumprimento de deveres. O Sirc fará com que aqueles que hoje estão à margem da faixa de cidadania a alcance. É fazer com que o brasileiro, independentemente de origem e de classe, seja inserido enquanto cidadão. Isso é inestimável.

Das afirmações anteriores, pode-se compreender a questão social arraigada no Sirc e as facilidades geradas pelo sistema, as quais permitirão maior acesso à informação para todos, independentemente de classes sociais.

¹⁶ Substituição do termo para manter o sigilo da fonte.

Segundo o Comunicado n. 3/2015 do Comitê Gestor do Sirc, os dados constantes do Sirc enviados individualmente pelos cartórios ou por meio das centrais estaduais de informações de registros civis contabilizam até o ano de 2015 cerca de 1.900.000 registros inseridos na base, até o momento. Desse total, 55% são registros de nascimento, 28% registros de casamento e 17% registros de óbito.¹⁷

Para que se tornasse possível, na prática, a execução do Decreto n. 8.270, de 25 de julho de 2014, o Conselho Nacional de Justiça publicou o Provimento n. 38/2014, que dispõe sobre a criação da Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC com o intuito de interligar os Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais, permitindo o intercâmbio de documentos eletrônicos e o tráfego de informações e dados, bem como a criação de uma ferramenta destinada a cumprir as comunicações obrigatórias previstas na Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dessa forma, a CRC é criada para a execução das funcionalidades dispostas no decreto de criação do Sirc.

5.1.2 Meios de acesso à informação de registro civil público a partir da Central de Informações de Registro Civil

A Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais é organizada pela Associação Nacional dos Registradores das Pessoas Naturais (Brasil), titular dos direitos autorais e da propriedade intelectual do sistema. Atualmente, os estados participantes da CRC são Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.¹⁸ De acordo com o participante/respondente C, a CRC é “[...] a maior ferramenta de integração e disponibilização de serviços públicos para os Registradores de Pessoas Naturais do Brasil e a população de um modo geral”.

Com a criação da CRC, é possível que seja emitido o Cadastro de Pessoa Física – CPF no momento do registro de nascimento da criança. Segundo o participante/respondente C, “Atualmente a CRC é a maior plataforma de emissão de CPF do Brasil para recém-nascido”, além de permitir trocas informacionais por meio digital entre os cartórios, como

¹⁷ Disponível em:

<http://www.sirc.gov.br/static/comunicados/comunicado_sirc_03_2015.pdf>.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.registrocivil.org.br/>>.

nos quesitos comunicações, e-protocolo, buscas e certidões, os quais são explicados e exemplificados a seguir.

5.1.2.1 Comunicações pela Central de Informações do Registro Civil

O conceito legal do termo “comunicações”, no âmbito dos registros civis públicos brasileiros, configura-se como documentos obrigatoriamente enviados de um Ofício ao outro para informar sobre algum acontecimento que tenha ocorrido em registros anteriores do cidadão. Como apresenta o art. 106 da Lei de Registros Públicos de 1973,

Sempre que o oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de cinco dias, anotá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu cartório, ou fará comunicação, com resumo do assento, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos. (BRASIL, 1973, art. 106).

Assim, se o cidadão vier a casar em certo cartório, deverá o oficial informar ao cartório em que consta seu registro de nascimento o fato ocorrido para que sejam anotados em seu registro os dados sobre o matrimônio. Da mesma forma, se uma pessoa vier a óbito, deverão ser anotados em seu registro de nascimento ou casamento, se for o caso, os dados sobre o seu registro de óbito, ou seja, essas comunicações serão responsáveis pelo histórico no registro do cidadão: quantas vezes casou, quantas separou ou divorciou, se faleceu, se houve retificação de algum dado no registro, dentre outras.

A obrigatoriedade das comunicações é regida pela Lei de Registros Públicos, que, em seu art. 109, apresenta: “[...] os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios” (BRASIL, 1973). Ainda segundo essa mesma lei, a respeito das comunicações, diz que “As comunicações serão feitas mediante cartas relacionadas em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado, o número de protocolo e ficarão arquivadas no cartório que as receber” (BRASIL, 1973). Essa forma de troca de informações é realizada ainda para o envio de comunicados para cartórios que ainda não fazem parte do sistema CRC, o que pode gerar a ocorrência de algumas falhas no processo, como a comunicação não

recebida se a carta for extraviada, sem contar o acúmulo de massa documental provocada com esse processo tanto para o cartório que envia quanto para o que recebe.

Atualmente, os cartórios dos estados participantes da Central de Informações do Registro Civil, citados anteriormente, enviam essas comunicações digitalmente, o que diminui tanto os gastos com o envio de cartas quanto a quantidade de massa documental resultante desse processo.

5.1.2.2 Buscas na Central de Informações do Registro Civil

Buscas é uma ferramenta destinada a recuperar e localizar informações de atos de registro civil de pessoas naturais de outras serventias, ou seja, um cartório pode pesquisar no acervo de outro cartório, em tempo real por meio da CRC, os registros existentes em seu acervo. Os dados que estarão disponíveis para visualização na busca são o nome do Ofício de Registro Civil, a Unidade Federativa, a matrícula respectiva do registro e o nome dos noivos (no caso de buscas por casamentos); serão somente dados para identificar se é realmente aquele registro que está sendo procurado pelo tabelião. Para o acesso a todas as informações do registro, deverá ser solicitada uma certidão de registro civil, que é composta dos dados constantes no registro da pessoa, utilizando a ferramenta “certidão”, elucidada a seguir.

5.1.2.3 Certidões de estado civil pela Central de Informações do Registro Civil

A Certidão é um documento que possui fé pública, emitido por tabelião ou escrivão, no qual se certifica algo ou se reproduzem registros constantes nos livros de registro civil de seu Ofício.

O art. 10 do Decreto n. 8.270, de 26 de junho de 2014, destaca que os registradores civis terão acesso, por meio do Sirc, às informações suficientes para a localização dos registros e a identificação da respectiva serventia para que possam solicitar e emitir certidões, inclusive por meio eletrônico.

A funcionalidade das certidões da CRC é destinada à solicitação de certidão de outros cartórios, que, ao pagarem os emolumentos, as custas e os encargos administrativos devidos, têm disponível essa funcionalidade na Central de Registro Civil, em formato eletrônico, no prazo máximo de cinco dias úteis, ficando as certidões disponíveis na

página da CRC por 30 dias corridos. O acesso à CRC é somente feito por cartórios por meio de seu certificado digital.

As certidões atualizadas são constantemente solicitadas por diversos órgãos e empresas privadas dos mais variados setores. Por exemplo: para o cidadão iniciar o processo de habilitação para casamento, é necessário que apresente uma certidão recente; para fazer uma identidade nova, costuma-se solicitar certidão atualizada; para venda de imóveis, também são solicitadas certidões atualizadas de estado civil. Somente com esses três exemplos pode-se ter ideia da utilização/relevância que possui a certidão de registro civil para o cidadão. Se levar em consideração que pessoas mudam de cidades e não conseguem ir até a serventia solicitar a nova certidão, a CRC vem permitir que os cidadãos se desloquem à serventia mais próxima e solicite a nova certidão, que dentro de não mais que cinco dias estará disponível ao solicitante. Lembra-se que, segundo a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em seu art. 17, quando trata da publicidade, “[...] qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido” (BRASIL, 1973). Dessa forma, o registro civil é público e todos têm acesso às certidões.

5.1.2.4 Portal Registro Civil

Outra forma de o cidadão recuperar a certidão de registro civil pode se dar por meio do *site*¹⁹ desenvolvido pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo, utilizando como base o sistema da CRC. Porém, como no caso anterior, o serviço está disponível apenas para certidões de registro civil dos estados interligados, que são Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e São Paulo.²⁰

A solicitação de certidão por meio do sistema de “registro civil” é feita mediante cadastro com informações pessoais. Criado o cadastro com senha e *login*, o solicitante pode entrar no sistema e fazer a solicitação; as opções para a disponibilização do registro estão em formato papel ou eletrônico. Os prazos para a entrega variam: para certidões eletrônicas, aproximadamente três dias úteis após a

¹⁹ Disponível em: <<https://www.registrocivil.org.br/>>.

²⁰ Disponível em: <<https://www.registrocivil.org.br/>>.

confirmação dos pagamentos (certidão e averbações) pela instituição bancária; e para certidões em papel, o prazo de entrega será de aproximadamente 10 dias úteis após a confirmação dos pagamentos (certidão e averbações) pela instituição bancária.

Para a solicitação, deverão ser apresentados todos os dados relativos ao registro desejado: cartório, livro, folhas, número do registro, dentre outros. Sem esses “metadados” que, segundo Bentancourt e Rocha (2012, p. 35), “Em um documento eletrônico, são os dados que viabilizam sua recuperação, descrição, avaliação, interpretação e manipulação”, o solicitante não terá sua certidão recuperada e enviada, pois o sistema não realiza buscas.

De acordo com o *site*,²¹ atualmente (2017) os valores das certidões mais o valor das despesas de procedimento podem variar de R\$ 19,38 a R\$ 62,66, dependendo do estado em que está sendo feita a solicitação, mas, se preferir que seja enviada por SEDEX ou carta registrada, o valor será acrescido das referidas taxas.

Para os estados que não participam da CRC, as certidões têm que ser solicitadas por contato telefônico ou e-mail; faz-se o depósito do valor da certidão mais as custas de correios e, após o depósito, o solicitante deve enviar a cópia digitalizada do comprovante de depósito para o e-mail do cartório com o endereço para posterior envio da certidão.

Como é possível perceber, essas funcionalidades – certidão, buscas e comunicações – vêm enriquecer o sistema CRC ao auxiliar a recuperação e a emissão de certidões, além de facilitar o envio das diversas comunicações para órgãos do governo.

5.2 PORTUGAL – SISTEMA INTEGRADO DO REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO CIVIL

O Sistema Integrado do Registro e Identificação Civil de Portugal foi criado principalmente por ser uma das vertentes do atual programa acordado com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que consiste na transformação estrutural da economia europeia com o objetivo de aumentar a sua competitividade e promover o crescimento econômico (Decreto-Lei n. 209/2012, de 19 de setembro de 2012). As medidas aprovadas, integradas no âmbito do programa de simplificação do governo português, SIMPLEX, tiveram

²¹ Disponível em: <<https://www.registrocivil.org.br/>>.

como objetivo reduzir obstáculos burocráticos e formalidades dispensáveis nas áreas do registo civil e atos notariais (Ministério da Justiça, Portaria n. 145, de 10 de março de 2010).

A necessidade de criar melhores condições para o empreendedorismo, desburocratizando processos para cidadãos e empresas, exige um esforço de modernização e reorganização por parte dos serviços dos registos e dos notariados. A reorganização desses serviços passa pela implantação e pela disponibilização de novos produtos com recurso intensivo ao uso das novas tecnologias, tendo em vista facilitarem a vida dos cidadãos e das empresas, proporcionando-lhes mais e melhores serviços públicos (Decreto-Lei n. 209, de 19 de setembro de 2012). Desde julho de 2005, há uma comissão criada pelo governo português para a desformalização, a eliminação e a simplificação de atos notariais e atos registrais.

Partindo-se desse pressuposto, é criado o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça – ITIJ, pertencente ao Ministério da Justiça de Portugal, o qual tem competência para desenvolver e programar sistemas de informação para a Justiça portuguesa, como no campo dos registos e notariados, dos nascimentos e óbitos, dos tribunais e organismos diversos. O ITIJ gera aplicações informáticas para todas as infraestruturas que lhe dão suporte, assim como é responsável pelas bases de dados do sistema da Justiça (NHANCALE, 2012).

Dentre alguns dos sistemas de informação criados pelo ITIJ está o Siric, desde outubro de 2007, sendo responsável pelo registro de todos os atos civis que a sociedade portuguesa realiza do nascimento até o óbito, incluindo casamento, divórcio e outros (NHANCALE, 2012).

Segundo o *site* do Siric, esse teve início em janeiro de 2006 e expandiu-se pelo país, até que em junho de 2007 todo o país teve acesso à informação existente no sistema Siric. A partir desse sistema, todo ato do registro civil passa a ser feito de qualquer lugar do país, o que não ocorria anteriormente, quando se registravam as pessoas no local de nascimento ou na residência da mãe. Segundo Nhancale (2012, p. 42), “Outra vantagem do Siric é de permitir que qualquer ato logo que confirmado seja visível em todo país ou mundo em que houver Consulado Português com acesso ao SIRIC”.

Antes da criação do Siric, os registos civis em Portugal eram feitos manualmente. A partir dele, todos os nascimentos e os óbitos portugueses encontram-se nas bases de dados e possuem os conteúdos dos seus registos e de todas as modificações relativas ao percurso da vida civil do cidadão. No *site* do Siric estão dispostas informações a

respeito do funcionamento do sistema, dentre elas algumas são descritas a seguir.

O Siric encontra-se implantado em 67 postos consulares portugueses em todos os continentes: África (6), América (22), Ásia (3), Europa (34) e Oceania (2). Essa expansão foi efetuada entre os anos de 2008 e 2010 e constituiu uma importante medida de modernização dos serviços que potencializou a simplificação da vida dos cidadãos pela redução de formalidades.²²

Esse projeto foi a contrapartida para o desenvolvimento de outros sistemas relacionados aos dados constantes no Siric, como o Nascer Cidadão, o Balcão das Heranças e Divórcios com Partilha, o Balcão do Empreendedor e o Portal Civil online, este último exemplificado adiante.

A disponibilização do Siric nos postos consulares portugueses criou condições necessárias para que os agentes diplomáticos e os consulares portugueses elaborassem os atos e os processos de registro consulares no mesmo sistema informático que é utilizado pelos serviços de registro em Portugal, com a redução de custos e tempos de atendimento para os cidadãos, bem como a eliminação de barreiras temporais e geográficas.²³

Segundo o *site* do Siric, os registros efetuados em suporte de papel no período anterior à informatização dos serviços são recuperados sistematicamente para a aplicação, ou seja, mesmo que haja o interesse em algum registro que não tenha sido produzido nessa base, esse estará disponível para o cidadão da mesma forma, pois ele já foi migrado para o formato digital na base de dados.²⁴

Os resultados a seguir apresentados no *site* do Siric demonstram a quantidade de registros realizados do ano de 2006 a 2011: 405.974 registros de nascimento; 418.774 registros de óbito; 167.691 registros de casamento; 79.061 processos de divórcio; 7.870.183 registros em papel recuperados para o sistema (dados disponíveis de janeiro de 2006 a setembro de 2011).

É relevante considerar a situação que se verificava em Portugal antes de o país dispor do sistema de gestão de base de dados *on-line*.

²² Disponível em: <<http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/MA/Paginas/SIRIC---SistemaIntegrado-do-Registo-e-Identifica%C3%A7%C3%A3o-Civil-.aspx>>.

²³ Disponível em: <<http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/MA/Paginas/SIRIC---SistemaIntegrado-do-Registo-e-Identifica%C3%A7%C3%A3o-Civil-.aspx>>.

²⁴ Disponível em: <<http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/MA/Paginas/SIRIC---SistemaIntegrado-do-Registo-e-Identifica%C3%A7%C3%A3o-Civil-.aspx>>.

Antigamente, quando as pessoas atingiam os 18 anos, tinham que se inscrever nas câmaras para fazer o registro militar e na Junta Militar para fazer o cadastramento eleitoral, mas agora não é necessário, já que o sistema alimenta a base de dados. Assim, o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça envia os dados de todos os cidadãos que completam os 18 anos para o Ministério da Defesa e para a Direção Geral da Administração Eleitoral e automaticamente os cidadãos passam a poder votar. Com esse exemplo, é perceptível a forma como estão integrados os sistemas em Portugal e como esses funcionam sistematicamente, sejam os de registro civil, sejam outros, como o cartório eleitoral. Visivelmente, há um aumento da qualidade da informação e a redução de tempo e recursos, sejam humanos ou não, quando dedicados a cópias de documentos ou à necessidade de deslocação física, aos quais acrescem custos com despesas e estadias por deslocações (NHANCALE, 2012).

5.2.1 Sistema Civil online de Portugal

Um dos projetos providos da criação do Siric foi o Civil online, que permite ao cidadão recuperar a certidão de seu registro civil, a partir de casa ou de outro local com acesso à internet, sem necessidade de se deslocar a um estabelecimento de registro civil. Segundo o art. 1º da Portaria n. 145, de 10 de março de 2010, do Ministério da Justiça de Portugal:

Designa-se por certidão permanente de registo civil a disponibilização do acesso à informação, em suporte electrónico e permanentemente atualizada, das menções e averbamentos constantes no assento de nascimento, acessível nos termos e nas condições legalmente aplicáveis. (PORTUGAL, 2010).

A certidão é emitida por meio da disponibilização de um código de acesso à informação em suporte eletrônico que permite ao seu titular entregá-lo ilimitadamente a quem o solicitar durante o prazo de validade, com informação permanentemente atualizada, dispensando a necessidade da certidão em papel.

O pedido para um registro de nascimento, por exemplo, é feito por meio do *site*,²⁵ em que o usuário autentica-se com o cartão Cidadão Português, que possui certificado digital acoplado, indicando o prazo de validade pretendido para a certidão e preenchendo os seus dados de contato (telefone e endereço de correio eletrônico). Após a realização do pedido, o requerente deve proceder ao pagamento no prazo de 48 horas ou por cartão de crédito ou débito. Após o pagamento, o pedido entra na lista de trabalho de uma conservatória, nome utilizado para designar repartições públicas responsáveis pelo registro civil e por outros em Portugal, e, após a sua validação, o cidadão receberá uma mensagem no seu endereço de correio eletrônico com a informação de que a certidão se encontra disponível. Os valores para a certidão com o prazo de três meses é de 8 euros e com o prazo de seis meses é de 16 euros.²⁶

Para realizar o pedido por esse sistema, não é necessário que o usuário conheça a conservatória em que se encontra o registro, já que essa informação será obtida internamente pelos serviços que processarão o pedido.

Além desse tipo de solicitação, ainda é possível, por meio do Civil online, instaurar o processo de casamento. Nesse processo um dos noivos entra no sistema e preenche todos os requisitos, a conservatória aprova o pedido e envia um e-mail para o outro nubente, que, se estiver de acordo, confirma no sistema, faz o pagamento das taxas e marca a data para comparecimento até a conservatória mais próxima para proceder à celebração de casamento.

É também possível, por meio desse *site*, dar entrada ao processo de divórcio e separação de bens e pessoas quando há mútuo consentimento, a solicitação pode ser feita por uma das partes interessadas no divórcio ou advogados das partes que fazem o pedido com o Cartão Cidadão e o *upload* dos documentos necessários. Os nubentes ou o outro nubente, caso não tenham advogado, receberão um e-mail com as informações da separação e, se estiverem de acordo com o desejado, confirmam, fazem o pagamento das taxas e posteriormente vão à conservatória desejada para a finalização do processo.

Como visto, é um processo que aparentemente tem facilitado, de modo geral, tanto a vida dos cidadãos quanto as instituições e as conservatórias, seja no quesito de recursos humanos para atendimento ao público, seja com gastos em infraestrutura do local em que

²⁵ Disponível em: <www.civilonline.mj.pt>.

²⁶ Disponível em: <<http://www.civilonline.mj.pt/CivilOnline/homepage.jsp>>.

funcionam as conservatórias, já que com o pedido *on-line* o deslocamento até esses locais diminui consideravelmente.

6 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Considerando o que foi abordado até este momento no que diz respeito ao Sirc, à CRC e ao Siric (Portugal), iniciam-se algumas observações levantadas quantos aos dados da pesquisa de acordo com os objetivos geral e específicos apresentados no início deste texto. Essas observações estão divididas em dois temas principais: o papel do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, o Sirc, em prol do acesso à informação para o cidadão, os cartórios e o governo; e a preservação dos arquivos de registro civil.

6.1 OBSERVAÇÕES QUANTO AO PAPEL DO SIRC EM PROL DO ACESSO À INFORMAÇÃO

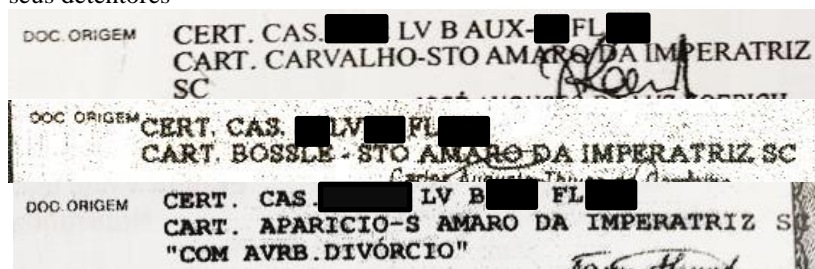
O acesso à informação, hoje regulamentado pela LAI, como já mencionado, não abarca os registros civis em si. Todavia, de acordo com o participante A, “A LAI faz com que se você tiver alguma informação nas bases do governo e precisar da informação, sim, você vai poder obter a informação. [...] o cidadão pode procurar o governo e solicitar a informação”. De acordo com essa resposta, considera-se que, desde que os dados de registro civil estejam na base de dados do Sirc (governo), esses dados estarão, sim, regidos pela LAI. Já com relação ao acesso aos registros, o participante C considera que o Registro Civil das Pessoas Naturais “[...] é um registro público e por este tem a sua finalidade principal o acesso às suas informações. Estas informações são feitas por meio de certidão conforme já regulamentado em Lei Complementar 6.015/73”, lei citada anteriormente, ao tratar da legislação específica para o acesso à informação de registro público.

Com relação a esse acesso à informação por parte do cidadão, uma das funcionalidades apresentadas pela CRC foram as certidões, como citado. É possível identificar que, mesmo com a implantação do sistema CRC, a certidão continuará não sendo expedida na hora da solicitação pelo usuário, podendo levar até cinco dias para estar disponível quando o usuário a requerer diretamente no balcão dos Cartórios de Registro Civil ou até três dias para certidões eletrônicas e 10 dias para certidões físicas quando fizer a solicitação por meio eletrônico, de acordo com o *site* Registro Civil (2017).

Para a emissão de certidão por meio do *site* Registro Civil, o solicitante deverá informar com precisão todos os dados a respeito da certidão desejada (nome do cartório, livro, folhas, número do registro, dentre outros). Como apresentado, a CRC não realiza buscas, nesse

caso, para a recuperação da certidão. Há a opção de realizar buscas no próprio *site*, porém está disponível por enquanto somente para o estado de São Paulo, sendo cobrada uma taxa (2017) de R\$ 17,99 (R\$ 14,99 + R\$ 3,00 – taxa administrativa) por busca solicitada. Se for encontrado o registro e o cidadão precisar da certidão, deverá pagar mais a certidão e suas taxas. Quanto aos dados exatos para solicitar a certidão, esses podem estar disponíveis em uma certidão antiga ou na carteira de identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública de cada estado. Todas as identidades brasileiras possuem em seu verso os dados relativos ao registro civil de origem de seu detentor, fato esse desconhecido por muitos. A partir disso, outra questão é levantada: em muitas identidades aparece o nome do cartório de origem a partir do seu titular, por exemplo, “Cartório Silva”. Porém, quando o titular deixa de ser o/a Sr./Sra. “Silva”, essa denominação muda, como apresentam os exemplos a seguir.

Figura 1 – Carteiras de identidade com o local de origem do registro civil de seus detentores



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Todos esses registros civis constantes nos exemplos de identidades são do mesmo cartório, pois essa cidade possui somente um *Ofício de Registro Civil*. Porém, como já houve pelo menos três *Ofícios* diferentes, cada um deles ficou com uma denominação diferente. Sabe-se que hoje há somente esse *Ofício*, mas, com o desenvolvimento da cidade, é possível que sejam criados novos *Ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais* e, para tanto, o cidadão terá que “investigar” o histórico dos registros civis da cidade para encontrar o correspondente ao seu, o que pode prejudicar o acesso à informação.

Uma proposta para essa questão seria utilizar na identidade a razão social do cartório, como 1º *Ofício de Registro Civil de São José*, pois isso dificilmente mudará, e não seu nome fantasia. Além dessa questão, há também alguns cartórios que foram extintos e seu acervo

passou a ser custodiado por outra serventia, o que poderia, de alguma forma, ser mencionado no registro ou no documento de identidade para que seja facilitada a recuperação da informação.

Uma alternativa para a padronização e a autoinformação desses dados para os cidadãos brasileiros seria a continuidade do projeto para a implantação no Brasil do Registro de Identidade Civil (RIC), aprovado por lei em 1997. Regulamentada a implantação do RIC em 2010, no ano seguinte foram produzidos os primeiros RICs, porém não houve continuidade do projeto. O RIC poderia ser utilizado para a solicitação da certidão eletrônica por meio da inserção do cartão magnético em um leitor, assim como acontece com o Cartão Cidadão em Portugal, apresentado anteriormente.

Se pararmos para pensar em todas as questões relativas ao registro civil, ao seu acesso e à existência do Sirc e da CRC que vimos até o momento, vamos perceber que possivelmente nem metade da população sabe que existe no Brasil. Fica evidente, então, a necessidade de isso ser difundido para a sociedade brasileira, com a adoção de medidas difusoras como as apresentadas em Portugal.

No tocante ao acesso às informações pelo governo, fica evidente que será o mais beneficiado pelo Sirc, 11 ministérios, secretarias e institutos diretamente farão uso dos dados de registro civil para a sua gestão interna ou como fonte de informação para o desenvolvimento de suas políticas. Algo a ser frisado é a indexação das informações de registro civil na base de dados do Sirc, a qual terá que ser feita pelos oficiais. De acordo com o Provimento n. 46/2015, fica estipulado que a cada seis meses o oficial cadastrará cinco anos de registros lavrados, iniciando a contagem a partir de um ano da vigência do Provimento (2015). Se considerarmos que os registros civis foram criados a partir de 1888, esses registros demorarão pelo menos 10 anos para estarem inseridos no Sirc. Essa espera fará com que seja adiada a efetiva recuperação desses registros pelos órgãos usuários dessa informação. Isso sem considerarmos que o Sirc ainda não contempla todos os estados brasileiros, de acordo com o participante A: “[...] nós já estamos com 85% dos cartórios – a contar de dezembro do ano passado até agora (agosto de 2016) – transmitindo informações aos Sirc”. Completa ainda: “[...] nós estamos pensando nuns dois, três anos para que a gente esteja com tudo integrado”. Como é possível perceber, ainda há um período à frente para que o Sirc esteja efetivamente implantado em todo o Brasil.

Com relação à base de dados do Sirc, o participante A ainda comenta a respeito da interoperabilidade a que o Sirc deve estar sujeitado, como já apresentado nos tópicos do Governo Eletrônico e do

Sirc, a partir da e-Ping e seus segmentos de interconexão, segurança, meios de acesso, organização e intercâmbio de informações e áreas de integração para governo eletrônico.

No que concerne ao acesso à informação propiciado aos próprios Ofícios de Registro Civil, são ressaltados os seguintes pontos: as comunicações deixam de ser feitas por documento físico e mandadas pelos correios e passam a ser enviadas digitalmente de um cartório ao outro por meio das funcionalidades da CRC. Esse processo auxiliará também o cidadão, que terá os dados alterados de seu registro civil mais facilmente enviados e recebidos, otimizando o acesso a essa informação; os envios de dados para os órgãos competentes, em alguns casos, já não são mais feitos por meio de Ofícios ou sistemas específicos. A partir do Sirc, foram dispensados os envios ao INSS e à Receita Federal do Brasil (Comunicado n. 4/2015 do Comitê Gestor do Sirc), antes realizados mensalmente. Essa integração automática do Sirc com esses órgãos faz com que a informação não se sujeite a erros de comunicação, além de reduzir custos com recursos humanos ao disponibilizar um funcionário para a elaboração/inserção dessas comunicações periódicas aos órgãos.

Essas são algumas questões identificadas relacionadas ao acesso à informação de registro civil para os seus agentes: cidadão, governo e cartórios. Na próxima seção tratamos a respeito do último objetivo específico da pesquisa, que é o de demonstrar diferentes maneiras de preservar/condicionar os arquivos de registro civil em meio à deterioração do suporte físico e ao avanço tecnológico.

6.2 PRESERVAÇÃO/ACONDICIONAMENTO DOS ARQUIVOS DE REGISTRO CIVIL

O Sirc não é somente um mero guardador de dados, mas constitui informações de registros públicos brasileiros considerados aqui um patrimônio documental e fonte de memória do país. Para que essa informação esteja, em longo prazo, disponível à sociedade brasileira, levando em conta que o papel, suporte utilizado para os registros, se deteriora, é válido pensar em uma alternativa para a guarda e a preservação digital desses arquivos. Diante disso, um dos questionamentos realizados na coleta de dados a respeito do Sirc/CRC foi relacionado à existência ou não de um plano para a digitalização/microfilmagem dos arquivos de registro civil brasileiros. Para o participante A, a Corregedoria Nacional de Justiça está tentando fazer uma

[...] “espécie de licitação nacional” para levar o projeto para todo o país. Porque, ao invés de cada estado realizar uma solução, para que seja uma solução única para todo mundo. Aí você vai ter mais padronização e mais acesso a esses dados com mais facilidade. Esse é um projeto de um a dois anos.

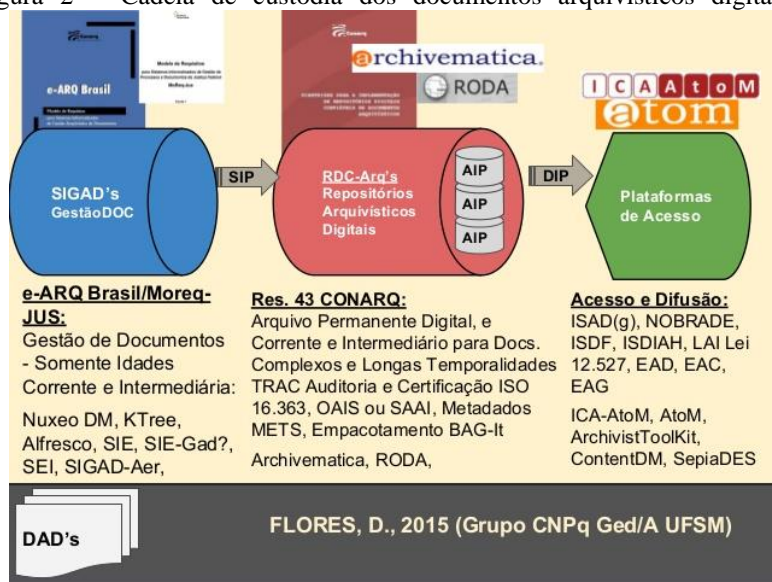
A respeito desse projeto, não foi encontrado qualquer notícia disponível para o público em geral, possivelmente por ser ainda um projeto interno, mas de grande valia se pensarmos no quanto essa “digitalização nacional” poderá preservar os documentos do processo de degradação do suporte no uso/consulta e facilitar seu acesso. Para o participante B, a digitalização/preservação de informações de registro civil “[...] está regulada em recomendações do CNJ, ou seja, todos os cartórios devem ter imagens de seus acervos com a finalidade de preservação”. Nesse sentido, ele trata da Recomendação n. 9, de 7 de março de 2013, alterada pela Recomendação n. 11, de 16 de abril de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a formação e a manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e registro. Essa recomendação sugere que cartórios extrajudiciais mantenham cópias de segurança em microfilme ou arquivo em mídia digital de seus respectivos livros de registro. Como o próprio nome diz: “cópia de segurança”, as quais serão utilizadas para uma melhor preservação do suporte, não sendo mais necessário o contato manual a livros que compõem o acervo da serventia. Porém, o que se questiona, nesse caso, é a validade jurídica dessa cópia, que, como vimos, há projetos de lei sendo apresentados nesse sentido, mas ainda hoje essa não possui caráter de documento original/autêntico.

Uma das preocupações desta pesquisa é a suposta “perda” desse patrimônio documental indiciário da memória da sociedade e dos cidadãos brasileiros, sendo um bom exemplo contra esse problema as políticas de recolhimento dos acervos em Portugal. Conforme o Decreto n. 324, de 28 de setembro de 2007, art. 15: “Os livros cujos registos tenham sido objecto de informatização são transferidos para a entidade responsável pelos arquivos nacionais” (PORTUGAL, 2007, art. 15). Ainda segundo o mesmo artigo do Decreto, considerando o último registro feito no livro, serão recolhidos aqueles com “Mais de 30 anos, quanto aos livros de assentos de óbito; b) Mais de 50 anos, quanto aos livros de assentos de casamento; c) Mais de 100 anos, quanto aos

restantes livros de assentos” (PORTUGAL, 2007, art. 15). Com a saída desses registros para um local que possui especificações técnicas e profissionais qualificadas para preservar e conservar essa documentação, a durabilidade do suporte será estendida, permitindo o acesso pelos usuários por mais tempo. Diferentemente do que ocorre no Brasil, em que os documentos ficam cada um em seu cartório, sem, na maioria das vezes, ter adequações estruturais e profissionais para receber tratamento adequado, como já observado em pesquisa citada no ano de 2013, o risco de perda/deterioração é uma realidade constante.

Outra forma possível de preservar esses documentos por um longo tempo pode se dar por meio da criação de um repositório arquivístico digital confiável de registros civis. A ideia apresentada aqui e inédita seria a criação de um repositório contendo todos os registros permanentes digitalizados que reproduzissem valor jurídico de autenticação, até mesmo porque o registrador possui fé pública para tanto e, com base em leis, possivelmente poderia ser conferido esse valor aos registros, também como forma de garantir a diplomática e a preservação desses documentos digitais. Essa é uma possível saída ao considerar que alguns órgãos do governo já utilizam repositórios digitais, o valor que os documentos de registro civil possuem e o que a sua perda representaria à sociedade brasileira. Para aqueles documentos produzidos digitalmente, esses já nasceriam com caráter de autêntico a partir de uma cadeia de custódia. Uma cadeia de custódia para arquivos digitais é composta de um Sigad, um RDC-Arq e uma plataforma de acesso, como apresentado na imagem a seguir.

Figura 2 – Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais



Fonte: Flores (2016a).

Essa cadeia de custódia serviria para documentos que são criados digitalmente a partir de certificação e de assinatura digital, ou seja, aqueles que somente contam com a assinatura dos oficiais, como ofícios recebidos e expedidos, comunicados recebidos e enviados. Para aqueles documentos que o cidadão assina, como registro de nascimento, casamento, habilitação para casamento, há a alternativa de digitalizar e inserir no Sigad. Porém, nesse caso, terá valor de autenticado, e não autêntico, tendo o papel que continuar a ser preservado.

Se o RIC, como já mencionado, tivesse certificação digital, assim como acontece em Portugal com o Cartão Cidadão – que conta com um *chip* que permite o armazenamento de todos os dados pessoais do indivíduo, possibilitando identificar-se eletronicamente e assinar documentos digitais –, todos que fossem até os Ofícios de Registro Civil munidos do RIC fazer qualquer documento poderiam assiná-lo eletronicamente e, então, o documento já nasceria digital com valor de autêntico. Além disso, contaria com a assinatura digital de todos os envolvidos, inclusive do tabelião, e desde sua criação estaria inserido em um Sigad para a gestão dos documentos, fazendo uso da tabela de temporalidade já existente. Para aqueles documentos que nascem permanentes, seriam automaticamente inseridos no RDC-Arq, sendo a

plataforma de acesso escolhida de acordo com as necessidades de uso. Na imagem a seguir, ilustramos a forma com que isso seria materializado.

Figura 3 – Registro civil criado digitalmente



Fonte: Elaborado pela autora baseada em: FREEPIK (2016).

A figura anterior ilustra o processo informacional se os cidadãos possuísem assinatura digital e os documentos oficiais pudessem ser assinados dessa forma. O cidadão que fosse fazer o registro de nascimento de seu filho, por exemplo, iria até o registrador, que faria o registro, os dois assinariam o termo do registro digitalmente e automaticamente esse registro já seria inserido em um Sigad, sendo submetido a questões arquivísticas de preservação digital e, por fim, o de caráter permanente seria inserido no RDC-Arq, respeitando também todas as questões levantadas por entidades regulatórias como ISO, Conarq. A plataforma de acesso seria escolhida de acordo com a necessidade de cada instituição.

A partir do que foi exposto, é possível identificar que “uma coisa leva à outra”, implantando-se o RIC, possibilitar-se-ia, além de uma melhor identificação dos registros civis, a possibilidade de se ter uma assinatura digital, dispensando inclusive o uso do papel, responsável por

crescente massa documental ao longo dos mais de 100 anos de existência dos registros civis. Mesmo que essa realidade ainda pareça estar distante, seria altamente desejável que todos os Cartórios de Registro Civil possuísem um RDC-Arq para que, ao menos, os arquivos de registro civil fossem digitalizados e inseridos nesse sistema, tendo valor de autenticado. Considerando qualquer coisa que, por ventura, venha a acontecer com esses suportes de papel, pelo menos há provas com efeitos jurídicos daqueles registros perdidos, o que facilita uma recuperação posterior dos registros, além de se conservar o suporte, já que, com tudo digitalizado, o manuseio ao próprio documento seria reduzido.

7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ACESSO À INFORMAÇÃO NO SIRC

Em um primeiro ponto, quando tratamos do referencial teórico apresentado, consideramos a informação orgânica objeto de estudo da Arquivologia, enquanto como área correlacionada temos a CI, os sistemas de informação, o acesso à informação, as especificidades dos registros civis e tudo o que foi apresentado até aqui. Iniciamos nossas considerações finais com esta citação de Saracevic (1996, p. 47), que define a Ciência da Informação e suas relações como

Um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

E, a partir dela, destacam-se alguns termos que estão relacionados à pesquisa apresentada: registro; contexto social, institucional e individual; uso; necessidades e tecnologias da informação. Essas são palavras que refletem as preocupações apresentadas e relacionadas ao referencial teórico: o contexto social, pautado no valor dos registros civis para a construção da memória coletiva, e o uso em pesquisas sobre os mais variados assuntos. Quais foram as famílias que colonizaram o município X? De onde vieram os imigrantes? Quais as profissões da época que deixaram de existir nos dias atuais? Qual a maior causa de mortalidade no município? O contexto institucional está relacionado à fonte de informação que os registros civis significam para o governo na constituição de políticas públicas ligadas aos índices de natalidade e mortalidade de cada município, estado ou país. E, no contexto individual, pensamos na necessidade de o cidadão ter uma certidão de nascimento em que toda sua vida civil é regida a partir dela, sua carteira de trabalho, cédula de identidade. A partir do registro civil, o cidadão tem registrada sua historicidade pessoal, meios para a memória individual, e poderá responder a questões como: Quem sou eu? Onde e quando nasci? Quem são meus pais? Quando me casei? Quando me divorciei? Esses são somente alguns dos exemplos que demonstram a

necessidade de organização dessa informação, podendo o uso de tecnologias informacionais e sistemas de informação auxiliar de maneira positiva, resultando no maior acesso à informação do que é público e produzido pelas instituições de registro civil.

Retomando os objetivos específicos desta pesquisa, apresentados no início deste texto, neste momento tratamos de cada um deles, de acordo com o que foi apresentado no decorrer da dissertação. Quanto ao primeiro objetivo, que busca caracterizar o papel do Sirc em prol do acesso à informação dos registros civis, o Sirc como sistema responsável pela união dos registros civis brasileiros traz consigo a ideia de diferentes órgãos acessarem esses registros e se valerem desses para o andamento de seu trabalho, enquanto a CRC vem permitir o acesso dos próprios cartórios e dos cidadãos aos registros civis. Dessa forma, consideramos que o Sirc desempenha papel fundamental na melhoria do acesso à informação, porém questões como os documentos físicos que se encontram nos cartórios não são contempladas por qualquer publicação oficial a respeito do Sistema, que é o que abordamos no terceiro objetivo a seguir.

Sobre o segundo objetivo, que visa identificar no Sirc os meios de acesso à informação de registro civil público proporcionados aos cidadãos, aos cartórios e ao governo brasileiro, são apresentados três agentes de informação, os cidadãos, que a partir da CRC podem ter maior e mais cômodo acesso ao seu registro civil, tendo a possibilidade de solicitar certidões entre estados, além de procurar por registros em que os dados são desconhecidos. De posse dessas premissas, adentra-se um segundo ponto, no quesito específico do acesso à informação por parte dos cartórios, a partir do Sirc, a troca informacional que ocorre entre os cartórios e os órgãos do governo foi facilitada, dispensando aos poucos os envios mensais e trimestrais de acontecimentos do registro civil realizados no Ofício. Ainda com relação à CRC, comunicações que antes eram encaminhadas pelos Correios hoje podem ser enviadas digitalmente de um cartório ao outro, além de o quesito “Buscas” permitir que o registrador recupere informações a respeito do registro do cidadão, seja de qual for o estado que já esteja inserido no sistema.

Nesse sentido, quando pensamos no terceiro agente governo e seus órgãos, esses terão mais acesso a todos os dados produzidos pelos cartórios de registro civil que são pré-requisito para a criação de diversas políticas públicas destinadas, por exemplo, à erradicação da pobreza, à garantia da cidadania e à segurança nacional, criando, a partir do aumento da segurança jurídica, ambiente propício ao fomento de diferentes avanços de setores governamentais em âmbito nacional, com

efeitos multiplicadores. É por meio dos registros civis que órgãos do governo podem saber, por exemplo, a quantidade de nascimentos, casamentos, óbitos e divórcios e realizar seus censos, além de esses registros abordarem aspectos da vida dos cidadãos, traços de histórias e memórias selecionadas e registradas para permanecerem por tempo indeterminado. Consideram-se os possíveis atrasos que podem ocorrer no envio por cartas, ou ainda, os extravios dos documentos.

Quando passamos ao terceiro e último objetivo, que é sugerir diferentes alternativas para preservação/acondicionamento dos arquivos de registro civil, evitando a deterioração do suporte físico e buscando o acompanhamento do avanço tecnológico, cabe aqui retomar as observações levantadas no item anterior quando da análise de dados. Uma das proposições levantadas diz respeito à adoção de medidas, como em Portugal, para centralizar os arquivos de registro civil em arquivos distritais, os quais receberão o tratamento devido com medidas de preservação e conservação não assistidas em muitos dos cartórios de registro civil no Brasil. Outra questão levantada foi a criação de um repositório arquivístico confiável que contemplasse os arquivos de registro civil. Esses arquivos seriam digitalizados e inseridos nesse repositório, o que não permitiria o seu descarte físico, mas serviria como uma cópia de segurança com valor de autêntico para futuras perdas que esses arquivos pudessem ter. Se tivesse sido implantado o projeto de união de documentos básicos de identificação, como o RIC, que possuísem assinatura digital contemplada, esse processo de criação do documento de registro civil poderia ser todo automatizado e o arquivo já nasceria digital, o que permitiria que o documento digital inserido em um RDC-Arq tivesse valor de autêntico, evitando o crescimento, a deterioração e a perda da massa documental produzida por essas instituições.

São informações públicas, resguardado o sigilo a casos específicos, mas o que vemos ainda são arquivos fechados, com difícil acesso, sem um sistema integrado a todos os cartórios e sem a adoção de políticas de preservação desse universo no Brasil. Cada serventia cria sua própria política sem, em muitos casos, contar com profissionais capacitados para tanto. O que vemos é a deterioração e a perda desses registros centenários considerados de valor histórico e de guarda permanente.

Quanto a pesquisas futuras que podem ser feitas a partir desta pesquisa, podemos elencar alguns temas gerais, os RDC-Arqs para os registros civis; a análise comparativa entre o Sirc e outros sistemas internacionais como o Siric de Portugal; aprofundamentos relacionados

ao registro civil como memória coletiva, individual, patrimônio documental, ou ainda, como forma de controle social exercido pelo governo. Enfim, são diversas pesquisas que poderiam ser originadas desse tema central.

Perante todo o conteúdo apresentado, fica evidente que o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, no Brasil, quando estiver totalmente em funcionamento e interligado, auxiliará os cidadãos, o governo e os cartórios, facilitando a recuperação da informação e diminuindo erros e custos com deslocamentos. Porém, ainda tem muito a aprimorar e um longo prazo pela frente para estar totalmente em funcionamento.

Para Nalini e Dip (1998, p. 46), “[...] registro civil é a mais democrática das instituições do Estado de Direito, pois a ela têm acesso todos os seres humanos”. Nesse sentido, para finalizar esta pesquisa, acreditamos que

Assim é nossa crença que o destino final, o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo e da sociedade. Entendemos por desenvolvimento de uma forma bem ampla, como um acréscimo de bem estar, um novo estágio de qualidade de fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento. (BARRETO, 2002 apud CAPURRO, 2003).

O desenvolvimento do indivíduo e essa luz brilhando em cada cidadão é o que esta pesquisa busca acender a partir das informações de registro civil como documento probatório de sua biografia, na mesma proporção que é o meio para a criação de políticas públicas que poderão melhorar seu bem-estar.

REFERÊNCIAS

ALBERCH, Ramon et al. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Trea, 2001. 173 p.

ALLEN, Bryce L. **Information Tasks**: Toward a User-centered Approach to Information Systems. San Diego: Academic Press, 1996. (Library and Information Science Series).

ALMANAQUE REPUBLICANO. **Associação do Registro Civil e Livre Pensamento**. 24 maio 2010. Disponível em: <<http://arepublicano.blogspot.com.br/2010/05/associacao-do-registo-civil-e-do-livre.html>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ALMEIDA, José Maria Fernandes de. Sistemas de informação e evolução tecnológica: mitos e realidade. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 56-64, dez. 2010. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15nesp2p56>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edison; BRAG, Lamartine Vieira. Governo eletrônico e políticas públicas: análise sobre o uso da certificação digital no Brasil. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/13207>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

ANDERSON, Virginia. **Microsoft® Office Access TM 2007**: The Complete Reference. USA, 2007.

ANJOS, Silvestre Gomes dos. Fé pública. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIV, n. 94, nov. 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10634>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, maio 2011. ISSN 1518-2924. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009>. Acesso em: 5 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **e-Justiça**: o que o sector da Justiça em Portugal tem a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Portugal, 2016. 184 p.

BAFFOUR, Bernard; KING, Thomas; VALENTE, Paolo. The Modern Census: Evolution, Examples and Evaluation. **International Statistical Review**, v. 81, p. 407-425, 2013.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Entrevista de Leonardo Melo al Professor Aldo Barreto. **Leia e Pense!**, 2002. Disponível em: <<http://aldobarreto.wordpress.com/2012/01/08/leia-e-pense/>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Uma quase história da Ciência da Informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/5271>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.

BAUTIER, Robert-Henri. Les archives. In: SAMARAN, Charles (Dir.). **L'histoire et ses methods**. Paris: Gallimard, 1967.

BATISTA, Carmen. **Informação pública**: uma questão de acesso, de direito e de apropriação social. Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. América do Norte, 2012.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENTANCOURT, Silvia Maria Puentes; ROCHA, Rafael Port da. Metadados de qualidade e visibilidade na comunicação científica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 82-101, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p82/23571>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

BEVILAQUA, Clovis. **Teoria geral do Direito Civil**. São Paulo: Servanda, 2007. 455 p.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOVAIRD, Tony. E-government and e-governance: Organizational Implications, Options, and Dilemmas. In: KHOSROW-POUR, Mehdi (Org.). **Practicing e-government: A Global Perspective**. Hershey: Idea Group Publishing, 2005.

BRAMAN, Sandra. **Change of State**: Information, Policy, and Power. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRANDELLI, Leonardo. **Teoria geral do Direito Notarial**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lúcia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. 14 p.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. (Lei do Registro Civil). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1973, Seção 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015consolidado.htm>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 6.216, de 30 de junho de 1975. Altera a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jul. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6216.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870, na parte que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, do acordo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3.316, de 11 de junho do 1887. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1888. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=68246&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991, Seção 1, p. 455 e pub. ret. em 28 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos Cartórios). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 132, n. 219, p. 21, nov. 1994, Seção 1, pt. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário**

Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 fev.

1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o

Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**,

Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia**

Arquivística. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, n. 51).

BRASIL. Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 146/2007. Dispõe sobre a

digitalização e o arquivamento de documentos em mídia ótica ou

eletrônica, e dá outras providências. Brasília, 22 mar. 2007. Disponível

em: <[https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80337)

[/materia/80337](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80337)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de

2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.

5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição

Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei

n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de

janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2011a.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)

[2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Câmara Técnica de

Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil**: modelo de requisitos para

sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de

Janeiro: Arquivo Nacional, 2011b. Disponível em:

<[http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf)

[arq.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação n. 11/2013.

Altera a Recomendação n. 9, da Corregedoria Nacional de Justiça, que

dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos

responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 abr. 2013. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n11-16-04-2013-corregedoria.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 8.270, de 26 de junho de 2014. Institui o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc e seu comitê gestor, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jun. 2014a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8270.htm>. Acesso em: 3 jan. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento n. 38/2014. Dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2014b. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_corregedoria/provimentos/provimento_38.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Resolução n. 43, de 4 de setembro de 2015. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq**. Rio de Janeiro, 2015a. 25 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento n. 46, de 16 de junho de 2015. Revoga o Provimento n. 38, de 25 de julho de 2014, e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jun. 2015b. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n46-16-06-2015-corregedoria.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Governo Eletrônico. **Diretrizes**. Disponível em:

<<https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/diretrizes>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Governo Eletrônico. Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING. Disponível em:

<<http://eping.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em:
<<http://transparencia.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Portal da Transparência. **Estatísticas de acesso**. Disponível em: <http://transparencia.gov.br/sobre/Estatisticas_visitacao/outubro-2016.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc. Disponível em: <<http://www.sirc.gov.br/>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL ESCOLA. **A Igreja Católica no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/historiab/igreja-catolica-no-brasil.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

BUCKLAND, Michael. Information as Thing. **Journal of the American Society for Information Science**, n. 42, p. 351-36, 1991. Disponível em:
<<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

CANAVAGGIO, Perrine. Les lois d'accès à l'information publique: les conditions de leur mise en œuvre. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 353-369, nov. 2013. Disponível em:
<<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/viewFile/633/433>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação**. 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 9 jan. 2017.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em:
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHAUÍ, Marilena. A memória. In: CHAUÍ, Marilena. **O conhecimento: convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. Cap. 3, p. 138-142.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para o controle social**: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

COSTA, Luciano Antônio et al. Adoção de tecnologias de serviços de governo eletrônico: análise de estudos quantitativos no âmbito internacional. **Liinc em revista**, v. 10, n. 1, p. 398-414, 2014. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/16019>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

COSTA, Rodrigo Vieira. **A dimensão constitucional do patrimônio cultural**: o tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte-Foy (Québec) Canadá: Presses de L'Université du Québec, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CUBA. **Constitución de La Republica de Cuba**. Republica de Cuba, 1976. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

DANE, Francis C. **Research Methods**. California: Brooks; Cole, 1990.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-

64, 1994. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

E-LIS. e-prints in Library & Information Science. **About us**. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/information.html>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

ELSEVIER. **Scopus**. Disponível em:

<<https://www.elsevier.com/solutions/scopus>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ESTRADA, Sonia Cot. Información jurídica para la ciudadanía: mecanismos de acceso y uso en la Dirección de notarías y registros civiles del Ministerio de Justicia de la República de Cuba. Bibliotecas. **Anales de Investigación de Biblioteca Nacional de Cuba**, v. 10, n. 10, p. 128-148, 2014.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação de informação**: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-15032004-130230/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

FLORES, Daniel. A difícil tarefa de manter a Cadeia de Custódia Digital dos documentos arquivísticos: autênticos ou autenticados. In: CENDOC – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA, 13-15 jan. 2016a, Rio de Janeiro.

FLORES, Daniel. Sistemas informatizados de acesso e gestão da preservação em documentos históricos permanentes. In: FÓRUM PERMANENTE: AS INSTITUIÇÕES, MEMÓRIA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 12 abr. 2016b, Campinas, SP. Disponível em: <<http://documentosdigitais.blogspot.com>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

FONSECA, Maria O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOSKETT, Douglas. J. Ciência da Informação como disciplina emergente; implicações educacionais. **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, p. 53-69, 1980. Artigo publicado originalmente no *Journal of Librarianship*, 1973.

FREEPIK. Disponível em: <<http://br.freepik.com>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Recuperação da Informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/10284>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 171 p.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Unirio, ano 8, n. 13, 2008.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999.

GRILO, Ricardo et al. Investigação em sistemas de informação organizacionais em Portugal: caracterização do período de 2004 a 2007. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 41-55, nov. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15nesp2p41>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

GUIMARÃES, André Sathler; JOHNSON, Grace F. **Sistemas de Informações: administração em tempo real**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLÓS, Adriana C. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2010. Disponível em:
<<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/23/23>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

HOLLÓS, Adriana C. **O futuro da memória digital da Administração Pública federal brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:
<<http://eprints.rclis.org/28359/1/Tese%20%20Adriana%20Cox%20Holl%20os.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

IBGE. Memória. **Panorama introdutório**. Disponível em:
<<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/panorama-introdutorio.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 212 p.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 12, p. 1-13, 1995. Disponível em:
<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

JARDIM, José Maria. Governo eletrônico, gestão da informação e exclusão informacional. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, p. 13-21, jan./dez. 2004.

JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013a. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liincDev2/article/view/2762/2636>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

JARDIM, José Maria. **A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais**. Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. América do Norte, 2013b. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/68/110>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of Archive Administration including the Problems of War Archives and Archive Making**. Londres: Oxford, 1922.

KIM, Hyun J.; PAN, Gary; PAN, Shan Ling. Managing IT-enabled Transformation in the Public Sector: A Case Study on e-government in South Korea. **Government Information Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 338-352, 2007.

LAIA, Marconi Martins de. **Políticas de governo eletrônico em estados da Federação brasileira: uma contribuição para a análise segundo a perspectiva institucional**. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. 541 p.

LEITE, Martinho de Souza; TOUTAIN, Lidia M. B. Brandão. Estruturas significantes da Ciência da Informação: aplicação social da informação. **Datagamazero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pscib/article/view/5279>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: Ed. UFF; São Carlos: Ed. UFSCar, 1996.

LOUSADA, Mariana; VALENTIM, Marta L. P. Informação orgânica como insumo do processo decisório empresarial. In: VALENTIM, Marta L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. 268 p.

MANNING, Christopher D.; RAGHAVAN, Prabhakar; SCHUTZE, Hinrich. **An Introduction to Information Retrieval**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYAO, Luis Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em c&t. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300005>. Acesso em: 2 jan. 2017.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Colômbia: Universidade de Antioquia, 1998. 188 p.

MOURA, Maria Lucia de Brito. **A "Guerra religiosa" na I República**. São Paulo: CEHR-UCP, 2010. 635 p.

NALINI, José Renato; DIP, Ricardo Henry Marques. **Registros públicos e segurança jurídica**. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1998. 120 p.

NAZARENO, Claudio et al. **Tecnologias da informação e sociedade: o panorama brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

NHANCALE, Adelino Benedito. **O sistema de informação sobre estatísticas vitais em Moçambique: passado recente e desafios a prazo**. A adaptação do modelo português à realidade moçambicana. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estatística e Gestão de Informação) – Universidade Nova, Portugal, 2012. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/8800>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 200 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História, Revista de Pós-Graduação em História**, São Paulo, 1993.

ONE. Oficina Nacional de Estadísticas e Información. Cuba, 2016. Disponível em: <<http://www.one.cu>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 10 dez. 1948.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 228 p.

PATAH, Priscila. A lei de acesso à informação e as serventias extrajudiciais. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4.448, 5 set. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33377>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

PEREIRA, Bruna Caroline. A separação do estado e da igreja para o bem do direito: uma análise jurídica fundamentada no contexto

histórico. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XI, n. 50, fev. 2008.

Disponível em:

<http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4526&revista_caderno=9>. Acesso em: 8 jan. 2017.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça**: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31152/000782676.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, abr. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/531/483>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 324, de 28 de setembro de 2007. Altera o Código do Registo Civil, o Código Civil, o Decreto-Lei n. 519-F2/79, de 29 de dezembro, o Código do Notariado, os Decretos-Leis n. 272/2001, de 13 de outubro, e n. 236/2001, de 30 de agosto, e o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado. **Diário da República**, Lisboa, 2007. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=962&tabela=leis>. Acesso em: 4 jan. 2017.

PORTUGAL. Ministério da Justiça. Portaria n. 145, de 10 de março de 2010. **Diário da República**, Lisboa, 1ª série, n. 48, 2010. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult2/portaria-n-145-2010-de/downloadFile/file/port_145.2010.pdf?nocache=1268214387.11>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 209, de 19 de janeiro de 2012. Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n. 322-A/2001, de 14 de dezembro, bem como legislação conexa com emolumentos e taxas. **Diário da República**, Lisboa, 2012. Disponível em:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1796&tab_ela=leis>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PORTUGAL. **Instituto Nacional de Estatística**. Estimativas Anuais da População Residente. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007992&contexto=bd&selTab=tab2>. Acesso em: 3 jan. 2017.

PORTUGAL. Civil online. Disponível em: <www.civilonline.mj.pt>. Acesso em: 20 dez. 2016.

PORTUGAL. Histórico Registo Civil Portugal. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7226/1/EHR_8_Guerra%20Religiosa.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

PORTUGAL. Rede Comum de Conhecimento. Disponível em: <<http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/MA/Paginas/SIRIC---SistemaIntegrado-do-Registo-e-Identifica%C3%A7%C3%A3o-Civil-.aspx>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

PROQUEST. **LISA** – Library and Information Science Abstracts. Disponível em: <<http://www.proquest.com/products-services/lisa-set-c.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

REGISTRO CIVIL. Disponível em: <<https://www.registrocivil.org.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

REZENDE, Denis Alcides. **Engenharia de Software e Sistemas de Informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887/5619>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

RIEGER, Morris. Procédés modernes de disposition et d'évaluation des dossiers. **Rusiba**, v. 1, n. 3, p. 209-219, jul./set. 1979.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. da. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem informatizada da Biblioteconomia e dos Sistemas de Informação. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Edição de Autor, 1986. 400 p.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, abr. 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/449/260>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RODRIGUES, Marcelo Guimarães. Registros públicos: visão geral, aspectos relevantes e importância para a democracia. In: ENCONTRO REGIONAL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DE MINAS GERAIS, 2007, Uberlândia, MG. Disponível em: <<http://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/702/1/palRM-REG.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**: glossário. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUEDIGER, Marcos Aurélio. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **O&S**, v. 9, n. 25, p. 29-43, set./dez., 2002.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583 p.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. 260 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos.

Arquivística: temas contemporâneos. Distrito Federal: Senac, 2007. p. 175-223.

SARACEVIC, Tefko. Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública. **Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, jun. 1974. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/41>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388 p.

SciELO. Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

SILVA, Andréia Gonçalves; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Legibilidade da legislação previdenciária no contexto da Lei de Acesso à Informação. **Informação & Informação**, v. 20, n. 3, p. 175-202, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/22549>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009. 254 p.

SILVA, Edna Lúcia da; CAFÉ, Lúgia; CATAPAN, Araci Hack. Os objetos educacionais, os metadados e os repositórios na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a08.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SILVA, Eva C. L. **Os papéis de porão na constituição da cultura escolar**: “Escola Normal Carlos Gomes”, 1949-1966. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1994.

SILVA, Sergio Conde Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. 34 p.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; GOMES, Thiago Eirão; CAVALCANTE, Raphael Silva. Acesso à informação: notas de pesquisa. **Informação & Informação**, v. 18, n. 2, p. 1-19, ago. 2013. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16125>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

SILVEIRA, João Paulo Borges. Patrimônio cultural documental: os manuscritos de Coriolano Benício e as suas escritas de si. **Historiæ**, Rio Grande do Sul, v. 6, p. 213-232, 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/5593/3502>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

SILVEIRA, Maria Helena; LAURENTI, Ruy. Os eventos vitais: aspectos de seus registros e inter-relação da legislação vigente com as estatísticas de saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 7, n. 1, p. 37-50, 1973. ISSN 0034-8910. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101973000100004>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. Registro civil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIII, n. 80, set. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8373>. Acesso em: 7 jan. 2017.

SIRC. Sistema Nacional de Informações de Registro Civil. **Comunicado n. 3/2015**. Disponível em: <http://www.sirc.gov.br/static/comunicados/comunicado_sirc_03_2015.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.

SIVIERO, José Maria. Registro de Títulos e Documentos – 1903/2003 – Segurança que faz história. In: DIP, Ricardo (Coord.). **Introdução ao direito notarial e registral**. Porto Alegre: IRIB; Fabris, 2004.

SMITH, Anthony. **The Antiquity of Nations**. Cambridge: Polity, 2004.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-271.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de Preservação e Conservação, documentos extrajudiciais CNJ**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2011. Disponível em: <<http://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TARAPANOFF, Kira. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, abr. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1220>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

TOGNOLI, Natália L. B. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez. 2012.

TOGNOLI, Natália L. B.; GUIMARÃES, José A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 21-44, 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084/832>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: Unesco, 2006.

VITAL, Luciane Paula; FLORIANI, Vivian Mengarda; VARVAKIS, Gregório. Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão: revisão. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1, p. 85-103, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5335>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

WERSIG, Gernot. Information Science: The Study of Postmodern Knowledge Usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The Phenomena of Interest to Information Science. **Information Scientist**, v. 9, p. 127-140, 1975.

ZWEERS, Koen; PLANQUÉ, Kees. Electronic Government: From a Organizational based Perspective towards a Client Oriented Approach. **Designing egovernment**, Prins J.E.J.; Kluwer Law International, p. 92, 2001.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO AOS RESPONSÁVEIS PELO
DESENVOLVIMENTO DO SIRC (DATAPREV; INSS; COMISSÃO
GESTORA)**

Nome do entrevistado	
Instituição que representa	
Cargo na instituição Área de Formação	
Local Data	

1. O que o Sirc representa para você?
2. Quais possíveis contribuições o Sirc trará para o melhor acesso à informação e políticas públicas para os cidadãos brasileiros?
3. O Sirc faz parte do programa e-Gov do Governo Federal?
4. Quanto tempo levará para que todos os dados de registro civil estejam indexados na base de dados do Sirc?
5. Onde estão sendo arquivados os dados inseridos no Sirc?
6. Quando todos os dados de registro civil estiverem na base de dados do Sirc, há alguma política sendo pensada para criação de uma base unificada que contenha os registros civis brasileiros?
7. É pensado na criação de um sistema único entre os órgãos do Governo com todas as informações reunidas de seus cidadãos?
8. Todos os órgãos que fazem parte do comitê gestor terão acesso às informações do Sirc?
9. O Sirc já está em operação em quantos e quais estados brasileiros?
10. Quais são as expectativas para o futuro do Sirc?
11. De acordo com os objetivos da pesquisa, você teria mais alguma colocação a respeito do Sirc?

APÊNDICE B – O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC)

Questionário para levantamento de dados para a pesquisa

Nome do entrevistado	
Instituição que representa	
Cargo na instituição	
Área de formação	
Local (da entrevista)	
Data (da entrevista)	

1. O que o Sirc representa para você?
2. O que o Sirc trará como possíveis contribuições para os cidadãos?
3. Quanto tempo levará para que todo o conteúdo esteja indexado na base de dados do Sirc?
4. Qual o prazo para todos os Estados brasileiros estarem integrados no Sirc por meio da CRC?
5. Quando todos os dados de registro civil estiverem na base de dados do Sirc, há alguma política para criação de uma base unificada que contenha os registros civis?
6. Pensa-se em disponibilizar algum tipo de informação para a sociedade, em que o cidadão poderia procurar seus registros ou de antepassados?
7. Há algum plano para a digitalização/microfilmagem dos arquivos de registro civil no Brasil? Se houver, o que será feito com os documentos físicos antigos? Continuarão nos estabelecimentos cartoriais?
8. Todos os órgãos que fazem parte do comitê gestor terão acesso às informações do Sirc?

9. Há algum prazo para que todos os órgãos que utilizam as informações de registro civil passem a utilizar somente o Sirc como meio de troca informacional?
10. A Lei de Acesso à Informação n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, abrange o acesso aos registros civis?
11. De acordo com os objetivos da pesquisa, você teria mais alguma colocação a ser mencionada?

Obrigada por sua participação nesta pesquisa!

APÊNDICE C – O ACESSO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL (SIRC)

Questionário para levantamento de dados para a pesquisa

Nome do entrevistado	
Instituição que representa	
Cargo na instituição	
Área de formação	
Local	
Data	

1. O que a CRC representa para você?
2. O que a CRC traz como possíveis contribuições para os cidadãos, o governo e aos próprios cartórios?
3. Qual o prazo para que todos os Estados brasileiros estejam integrados por meio da CRC?
4. Há previsão para que o *site* <<https://www.registrocivil.org.br/>> contemple todos os Estados Brasileiros? Assim como a funcionalidade “buscas”, estará futuramente disponível a mais Estados? Ou permanecerá somente com abrangência em São Paulo?
5. Quais políticas para criação de uma base unificada que contenha os registros civis brasileiros?
6. Há algum projeto para a digitalização/microfilmagem dos arquivos de registro civil no Brasil? Se houver, o que será feito com os documentos físicos antigos?
7. A Lei de Acesso à Informação n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, abrange o acesso aos registros civis?

De acordo com os objetivos da pesquisa, você teria mais alguma colocação a ser mencionada?